

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu
Mestrado Profissional em Educação

RENATA VALADAN SEVERO

**O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA
A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Jaguarão

2023

RENATA VALADAN SEVERO

**O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA
A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Relatório Crítico - Reflexivo
apresentado ao Programa de Pós-
Graduação Stricto Sensu em
Mestrado Profissional da
Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção
do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Paula Trindade
da Silva Selbach

Jaguarão

2023

RENATA VALADAN SEVERO

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Dissertação defendida e aprovada em: 26 de abril de 2023.

Banca examinadora:

Profa Dra Paula Trindade da Silva Selbach
Orientadora
(UFSM/Unipampa)

Profa Dra Silvana Maria Gritti
(Unipampa)

Profa Dra Jane Schumacher
(UFSM)

Profa Dra Maristani Polidori Zamperetti

(UFPEL)



Assinado eletronicamente por **Maristani Polidori Zamperetti, Usuário Externo**, em 07/08/2023, às 20:05, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **PAULA TRINDADE DA SILVA SELBACH, Usuário Externo**, em 14/08/2023, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SILVANA MARIA GRITTI, Professor Permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação**, em 16/08/2023, às 19:58, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JANE SCHUMACHER, Usuário Externo**, em 22/08/2023, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1165432** e o código CRC **6CEBDA09**.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

S498p Severo, Renata Valadan

O processo de elaboração de princípios orientadores para a
construção do projeto político-pedagógico / Renata Valadan
Severo.

85 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2023.

"Orientação: Paula Trindade da Silva Selbach".

1. Construção coletiva. 2. Participação. 3. Projeto
Político-Pedagógico. I. Título.

Dedico este trabalho ao meu filho José Pedro, minha razão de viver e quem me faz querer ser uma pessoa melhor todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pois sem Ele a conclusão deste trabalho não teria sido possível.

Agradeço ao meu marido Zeca e ao meu filho José Pedro, por terem suportado todos os meus momentos de ansiedade e estresse durante o processo de escrita. Muito obrigada por estarem sempre presentes em minha vida.

Agradeço a minha mãe Conceição, minha maior orientadora na vida. A realização deste trabalho é a prova que toda dedicação dela valeu a pena.

Agradeço a minha colega Gabriela, que sempre me ajudou, todos os momentos de troca de ideias valeram a pena.

Agradeço também, às minhas colegas de orientação, pelas palavras de apoio e incentivo todas as vezes que pensei que não daria conta.

Agradeço à minha orientadora Paula Trindade da Silva Selbach, pela orientação acadêmica, pela confiança e principalmente pela paciência que teve todas as vezes que entrei em desespero.

Agradeço às equipes das escolas que fizeram parte desta pesquisa, sem as quais não teria sido possível a realização deste trabalho.

E por fim, agradeço às colegas da Secretaria de Educação, por todo apoio e incentivo diário.

Podemos fazer tudo que quisermos
se formos perseverantes.

Helen Keller

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo compreender o processo metodológico utilizado para a construção coletiva dos projetos político-pedagógicos utilizados pelas equipes gestoras das escolas de ensino fundamental da rede municipal de Dom Pedrito - RS. Por ter sido realizada no meu local de trabalho, a metodologia utilizada para alcançar o objetivo foi a da pesquisa-ação. O referencial teórico abrangeu a Gestão Democrática e o Projeto Político-Pedagógico, com destaque para as contribuições de Veiga (2004 e 2013), Libâneo (2015), Padilha (2017) e Medel (2012). Para a coleta de dados foram realizados dois encontros para o diagnóstico e três encontros para realizar a ação, onde participaram representantes das equipes gestoras de nove escolas de Ensino Fundamental da rede municipal, em que discutimos as principais dificuldades e desafios enfrentados pelas escolas na tentativa de construir coletivamente os seus projetos políticos-pedagógicos. A partir dos dados coletados, através dos encontros, surgiram as seguintes categorias de análise: construção coletiva do PPP, subdividida em concepção de construção coletiva do PPP e desafios da construção coletiva do PPP; participação e envolvimento da comunidade escolar, subdividida em participação dos pais ou responsáveis, participação dos alunos e participação dos professores; desafios da participação; professores não discutem sobre o PPP em sala de aula; reuniões produtivas e eficientes. Diante do exposto, foi possível reafirmar que a maior dificuldade que as equipes gestoras encontram é conseguir uma participação efetiva de todos os segmentos na construção/reconstrução do documento, pois a forma como participam, sem muitos não expressarem opinião, não configura uma construção coletiva efetiva, não define a identidade da escola nem sua intencionalidade. Ainda existe um longo caminho a ser percorrido para a construção coletiva de um projeto político-pedagógico nas escolas, é necessário que os participantes recebam as condições necessárias para sua implementação, através da implantação de formações e principalmente da disponibilização de um tempo satisfatório para esse fim, através da implementação da lei nº 2.634/2022 por parte da Secretaria de Educação.

Palavras-Chave: Construção Coletiva. Participação. Projeto Político-Pedagógico

ABSTRACT

This research aimed to understand the methodological process used for the collective construction of political-pedagogical projects used by the management teams of elementary schools in the municipal network of Dom Pedrito - RS. Since it was carried out in my workplace, the methodology used to reach the objective was action research. The theoretical framework covered Democratic Management and the Political-Pedagogical Project, with emphasis on the contributions of Veiga (2004 and 2013), Libâneo (2015), Padilha (2017) and Medel (2012). For data collection, two meetings were held for the diagnosis and three meetings to perform the action, where representatives of the management teams of nine elementary schools of the municipal network participated, in which we discussed the main difficulties and challenges faced by schools in an attempt to collectively build their political-pedagogical projects. From the data collected through the meetings, the following categories of analysis emerged: collective construction of the PPP, subdivided into concept of collective construction of the PPP and challenges to the collective construction of the PPP; participation and involvement of the school community, subdivided into participation of parents or guardians, student participation and teacher participation; challenges of participation; teachers do not discuss the PPP in class; productive and efficient meetings. In view of the above, it was possible to reaffirm that the greatest difficulty that the management teams encounter is to achieve an effective participation of all segments in the construction/reconstruction of the document, because the way they participate, without many not expressing their opinion, does not configure an effective collective construction, does not define the identity of the school nor its intentionality. There is still a long way to go for the collective construction of a political-pedagogical project in schools, and it is necessary that the participants receive the necessary conditions for its implementation, through the implementation of training and especially the availability of a satisfactory amount of time for this purpose, through the implementation of law number 2.634/2022 by the Secretary of Education.

Keywords: Collective Construction. Participation. Political-Pedagogical Project.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Brasão de Dom Pedrito.	29
Figura 2: Bandeira da cidade.	30
Figura 3: Localização de Dom Pedrito no Rio Grande do Sul.	32
Figura 4: Mapa ilustrativo do município.	33
Figura 5: Organização dos cargos da Secretaria de Educação.	39
Figura 6: Fotografia do primeiro encontro.	52
Figura 7: Cadernetas reflexivas.	53
Figura 8: Fotografia do segundo encontro.	54
Figura 9: Fotografia do terceiro encontro.	55
Figura 10: Fotografia com participantes do terceiro encontro	57
Figura 11: Fotografia dos roteiros preenchidos pelos participantes	71

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Trabalhos selecionados	17
Quadro 2: Escolas da rede municipal	34
Quadro 3: IDEB da rede municipal.	37
Quadro 4: Roteiro utilizado na roda de conversa com os gestores das escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Dom Pedrito.	43
Quadro 5: Roteiro utilizado para o planejamento da metodologia.	56
Quadro 6: Categorias e subcategorias de análise.	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art. – Artigo

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF – Constituição Federal

EEE – Escola de Educação Especial

EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

EMREF – Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

P – Página

PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PME – Plano Municipal de Educação

PPP – Projeto Político-Pedagógico

SE – Secretaria de Educação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. ESTADO DA ARTE	17
3. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	20
4. CONTEXTO DA INTERVENÇÃO	29
4.1 A criação do município	29
4.2 A educação no município	33
4.3 Estrutura Organizacional da Secretaria de Educação e Escolas	39
5. CONSTRUINDO OS CAMINHOS DA AÇÃO	41
5.1 Definições da Pesquisa-Ação	41
5.2 Diagnóstico	42
5.3 Análise dos Resultados do Diagnóstico	44
6. PLANO DE AÇÃO: DESCRIÇÃO DOS ENCONTROS	51
6.1 Descrição dos Encontros	51
6.1.1 Primeiro Encontro	51
6.1.2 Segundo Encontro	53
6.1.3 Terceiro Encontro	54
7. ANÁLISE DOS ENCONTROS	58
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	79
ANEXOS	84

1. INTRODUÇÃO

São inúmeras as demandas das secretarias de educação dos municípios no que diz respeito à merenda, transporte escolar, infraestrutura das escolas, entre outros aspectos administrativos. Todos esses aspectos se articulam ao setor pedagógico para que se possa assegurar a qualidade do ensino com foco na aprendizagem dos alunos.

Início minha escrita sinalizando da onde falo, pois, esse lugar constitui o processo de escrita deste trabalho.

No ano de 2001 ingressei no curso de Ciências Biológicas pela Universidade da Região da Campanha em Bagé, fazendo o mínimo de disciplinas permitidas por semestre, não tinha interesse pelas disciplinas da licenciatura, pois meu objetivo era transferência para um curso de bacharelado. Em 2005 com o nascimento do meu filho, mudei meus planos por necessitar adiantar a formatura e começar a trabalhar, então, passei a correr atrás do tempo perdido e tentar cursar todas as cadeiras de licenciatura que tinha deixado para trás. A partir daí e dos estágios do curso, me apaixonei pela profissão.

No primeiro semestre de 2007, prestei concurso para a prefeitura de Dom Pedrito, para o cargo de professora de ensino fundamental II, e em fevereiro de 2009, quase dois anos após a realização do concurso, assumi o cargo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Alda Seabra, onde trabalhei até 2014 com a disciplina de Ciências no 6º e 7º anos (inicialmente 5ª e 6ª séries). No final de 2014, fui convidada a fazer parte da equipe diretiva da escola, no cargo de vice-diretora do turno da manhã, no biênio 2015 – 2016 e após, fui novamente convidada para participar da equipe da nova candidata a diretora da escola, ainda como vice-diretora do turno da manhã para o biênio 2017 – 2018.

Em 2017 concluí a especialização em Educação do Campo e Ciências da Natureza, ofertada pela Universidade Federal do Pampa, Campus Dom Pedrito e em 2018, fui convidada pelo prefeito a fazer parte de sua equipe de governo, como Secretária Adjunta de Educação, nessa época fui motivada pelas colegas a continuar os estudos, fiz uma especialização a distância em Atendimento Educacional Especializado e em seguida me inscrevi para a seleção do Mestrado Profissional em Educação, ofertado pela Unipampa, Campus Jaguarão.

Ao ingressar no curso de Mestrado Profissional em Educação, no segundo semestre de 2020, quando ainda ocupava o cargo de Secretária Adjunta de Educação e Cultura do município de Dom Pedrito/RS, acompanhava diariamente os esforços da equipe pedagógica em prestar apoio às equipes gestoras das escolas da rede municipal nas diferentes ações desenvolvidas. Então, passei a observar as dificuldades por parte dos gestores das escolas com relação a reconstrução do projeto político pedagógico (PPP), na época motivado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

As dificuldades iniciam na orientação e formação dos gestores para que a construção do documento seja coletiva, promovendo a participação de todos os envolvidos no contexto escolar pois, em alguns casos, o PPP é desenvolvido apenas pela gestora juntamente com uma pequena parte de sua equipe o que acaba dificultando o processo de construção coletiva, acarretando a elaboração de um documento que não traduz a identidade da escola.

Nesse sentido, a ideia inicial do projeto de intervenção foi de contribuir com as equipes gestoras no processo de reconstrução do projeto político-pedagógico das escolas da rede municipal de Dom Pedrito, propondo uma intervenção a partir do processo de escrita do PPP. Contudo, a partir de leituras e pesquisas, surgiu a ideia de revisar o documento que orienta o trabalho da secretaria para propor a intervenção no PPP das escolas. Como o documento não foi encontrado, conversei com profissionais que atuaram na Secretaria de Educação em outras gestões e soube que tal documento não existe. Houve a intenção de escrevê-lo, mas não foi colocada em prática.

Sendo assim, justificou-se este projeto de intervenção para a elaboração de uma metodologia que oriente as gestoras das escolas da rede municipal para a construção coletiva dos projetos políticos-pedagógicos das escolas municipais, contando com a participação de todos os agentes da comunidade escolar: equipe diretiva, professores, funcionários, pais e alunos. Essa metodologia será orientadora para o processo de construção e avaliação dos projetos políticos-pedagógicos de todas as escolas, urbanas e do campo que estão vinculadas à rede municipal.

A ideia de elaborar este documento orientador, foi bem recebida pelas colegas da Secretaria da Educação (SE) de Dom Pedrito, tanto pela Diretora Pedagógica, quanto por duas supervisoras dos Anos Iniciais e da área da

Matemática, pois elas concordam com a importância de um documento que favoreça o processo de construção e reconstrução dos projetos político-pedagógicos das escolas da rede. O Secretário de Educação também se mostrou favorável à realização da proposta.

Em razão da disponibilidade das colegas em participarem da realização do projeto, o método de trabalho desenvolvido será o da pesquisa-ação, pois segundo Thiollent (2011), a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária e o método exige uma estreita relação entre os participantes da pesquisa.

O projeto político-pedagógico indica a verdadeira identidade e intencionalidade da instituição e define os caminhos que precisam ser percorridos para uma educação de qualidade. Mas para Silva et al. (2018), apesar de ser um documento, está sujeito a mudanças e deve sofrer alterações, porque os sujeitos estão em processo de construção.

Vasconcellos (2015, p. 169) acrescenta que o projeto político-pedagógico:

é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade.

Mas para que isso aconteça, é importante a participação de todos os segmentos da comunidade escolar nesse processo, pois os ajustes do documento são estabelecidos com o coletivo.

Por esta razão é importante compreender os problemas vivenciados pelas gestoras das escolas da rede municipal investigadas no processo de construção/reconstrução coletiva do projeto político-pedagógico. Assim, será possível buscar possibilidades para superação dos empecilhos e/ou resistências cotidianas. Para a compreensão deste contexto será realizado o diagnóstico acerca das dificuldades enfrentadas pelas gestoras das escolas, buscando oportunizar momentos de reflexão no planejamento das demandas de forma participativa, evidenciando que há necessidade da participação de todos que fazem parte da comunidade escolar neste processo e destacar a importância do PPP na construção de novas práticas educativas e pedagógicas que formem cidadãos responsáveis, éticos, críticos, de interação e inserção social.

Para orientar a fundamentação metodológica da pesquisa, é imprescindível citar Thiollent (2011), pois o autor relaciona os objetivos de conhecimento e ação como sendo o centro da problemática metodológica da pesquisa, entrelaçando esses dois objetivos no processo de pesquisa-ação e considerando que quanto maior o conhecimento de determinadas situações, melhor conduzida será a ação.

Neste sentido, o objetivo do conhecimento foi de analisar o processo de elaboração de estratégias para construção do projeto político-pedagógico das escolas da rede municipal de Dom Pedrito/RS e a partir dele, foi estruturado o objetivo da ação, desenvolver com as gestoras das escolas uma metodologia que oriente a construção coletiva dos projetos políticos-pedagógicos nas escolas.

A presente pesquisa foi sistematizada em capítulos. No segundo capítulo, um breve estado da arte, no terceiro capítulo encontra-se a fundamentação teórica que aborda a gestão democrática e o projeto político-pedagógico. No quarto capítulo está o contexto da intervenção. O quinto capítulo compreende os caminhos da ação: as definições da pesquisa, o diagnóstico e análise dos resultados do diagnóstico, seguidos pelo sexto capítulo onde apresento o plano de ação da intervenção e descrição dos encontros, no sétimo capítulo encontra-se a análise dos encontros, e por fim, considerações finais, referências bibliográficas e anexos.

2. ESTADO DA ARTE

O presente estudo propõe um levantamento, através de um “Estado da Arte” sobre o que vem sendo estudado acerca da construção coletiva do projeto político-pedagógico das escolas, com a finalidade de saber a que passo os pesquisadores têm mostrado interesse pela temática pesquisada.

Segundo Romanowski e Ens (2006), as pesquisas do tipo Estado da Arte, são fundamentais para entender a abrangência das produções sobre determinado assunto, e os pesquisadores são movidos por desconhecerem a plenitude de crescimento das pesquisas e estudos sobre determinado assunto (FERREIRA, 2002).

Diante disso, levantamento inicial foi feito a partir do Catálogo de Teses e Dissertações Capes utilizando como descritores os termos “projeto político-pedagógico”, “construção coletiva” e “educação básica” e o uso do conectivo “and” entre os termos, a fim de restringir ou limitar o processo de busca, onde foram encontrados 92376 trabalhos.

Como forma de seleção, utilizou-se como recorte temporal os últimos cinco anos, devido abranger o período de implantação da BNCC que propôs diversas mudanças no currículo, entre elas a revitalização dos projetos políticos-pedagógicos das escolas. Filtrando os trabalhos pela grande área de Ciências Humanas e áreas do conhecimento, avaliação e concentração em Educação, chegando ao resultado de 1758 trabalhos.

Após uma leitura exploratória dos títulos a fim de incluir ou excluir os textos que serão utilizados na pesquisa, foram encontrados 17 trabalhos, três teses e 14 dissertações, relacionados ao tema, sendo que dois destes, não tinham texto disponível para consulta na plataforma.

Realizando uma leitura mais criteriosa dos 15 trabalhos encontrados, foram selecionados dez trabalhos com objetivos semelhantes à temática pesquisada, conforme mostra o quadro 1.

Quadro 1: Trabalhos selecionados

Título	Autor	Ano	Objetivo
A implementação do projeto político-pedagógico no âmbito do sistema municipal de	Eliane Helena Menegotti	2018	Analisar a implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP), da Secretaria Municipal de

ensino de Viamão: desafios da gestão democrática			Educação (SMED) de Viamão-RS, em duas escolas da rede municipal, como desafio da gestão democrática.
Relação entre o programa de descentralização administrativa e financeira e o projeto político-pedagógico em uma escola de Brasília – DF	Raquel Maria Vieira do Rosário de Oliveira	2018	Compreender, a partir das falas dos sujeitos, a relação entre o programa de financiamento escolar e o Projeto Político-Pedagógico.
O processo de construção do projeto pedagógico de curso no ensino técnico integrado ao ensino médio	Katiana de Lima Alves Silva	2018	Investigar o processo de construção e implementação do projeto pedagógico do curso (PPC) Técnico Integrado ao Ensino Médio em Redes de Computadores no Campus Boituva.
O projeto político-pedagógico: indagações sobre a formação continuada e o compromisso com a gestão democrática na escola pública municipal de Curitiba (2013-2016)	Andresa Cristina Pisa Costa	2019	Investigar o processo de construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a formação continuada.
Um olhar sobre o projeto político pedagógico em uma escola no município de São Gonçalo: uma abordagem sobre gestão, participação e autonomia	Eliane da Conceição Matta	2019	Analisar como ocorreu a construção do projeto político pedagógico de uma escola pública.
O princípio da gestão democrática na implementação do projeto político-pedagógico (PPP): um estudo em uma escola da rede pública estadual de São Luís-MA	Melcka Yulle Conceição Ramos	2019	Analisar o processo de elaboração, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) desenvolvido em uma escola da rede pública estadual de São Luís - MA.
Escola do campo em território da Reforma Agrária - a construção coletiva de um Projeto Político-Pedagógico	Claudia Praxedes	2021	Analisar como se desenvolve na vida escolar cotidiana a relação entre escola e comunidade assentada, a partir dos princípios pedagógicos propostos pela Educação do Campo.
Participação, responsabilidade e processos formativos: condições para a construção coletiva de uma proposta pedagógica curricular	Camila Cilene Zanfelize	2021 Tese	Compreender os limites e as possibilidades da participação no processo de construção coletiva da Proposta Pedagógica e do Currículo Integrado para a Rede Municipal de Ensino de Rio Claro/SP.
Educação do/no campo e o agronegócio: o projeto político pedagógico e suas contradições no Projeto Formoso A em Bom Jesus da Lapa-BA	Maria das Graças Santos Ribeiro	2021	Analisar de que forma o Projeto Político-Pedagógico de uma escola de ensino médio do Projeto Formoso A em Bom Jesus da Lapa dialoga com as especificidades da Educação do/no Campo, e se estas estão refletidas na prática pedagógica e na percepção dos sujeitos numa área marcada pelas contradições entre camponeses e agronegócio.

Compondo uma constelação no protagonismo da comunidade escolar para a construção do projeto político-pedagógico emancipatório	Sirlei Tedesco	2021 Tese	Construir diretrizes para um novo Projeto Político-Pedagógico.
---	----------------	-----------	--

Quadro elaborado pela pesquisadora em 23/07/2022.

Todos os trabalhos selecionados têm como objeto de estudo a construção e implementação de projetos político-pedagógicos e maioria deles tem como objetivo analisar ou investigar como se deu o processo de construção participativa do documento.

Após uma leitura exploratória dos trabalhos acima citados, foi possível perceber semelhanças com o presente trabalho, no que diz respeito a identificar as formas como foram construídos os projetos político-pedagógicos. Os desafios da efetiva participação de todos os segmentos da comunidade escolar e externa e a consolidação da gestão democrática foram apontados pela maioria das autoras. Como citado por Eliane Menegotti (2018):

a falta de participação faz com seja necessário uma ação conjunta, no sentido de se continuar buscando estratégias e alternativas, para uma maior participação e um maior envolvimento, nas decisões e deliberações da escola.

E também por Cláudia Praxedes (2021):

quando pensamos em participação na escola é preciso repensar a organização e os espaços, de modo que todos e todas possam de fato participar. Construir uma gestão democrática e participativa não é uma tarefa simples, pois é preciso muita disponibilidade e persistência para romper com a cultura hierárquica da escola

Desse modo é possível reafirmar que a elaboração de uma metodologia orientadora para a construção do PPP se faz necessária, assim como a formação continuada relacionada a importância do documento e da participação de todos os segmentos na construção dele.

3. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Um dos princípios norteadores da construção do projeto político-pedagógico da escola é a gestão democrática, que é definida pela participação ativa de toda a comunidade escolar na tomada de decisões, ou seja, equipe gestora, professores, funcionários, alunos e pais assumem seu protagonismo na busca por uma educação de qualidade. E é a partir dela que se fortalecem os vínculos entre escola e comunidade.

Medel (2012, p. 42) afirma que “como princípio do PPP, a gestão democrática entende que todos os envolvidos no trabalho escolar não devem apenas saber como a escola funciona, mas também participar na definição dos seus rumos”.

Do mesmo modo, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), consideram que só se assegura uma gestão democrática através da participação, pois ela possibilita que a comunidade escolar se comprometa e participe das decisões da instituição, oportunizando mais conhecimento a respeito dos propósitos da escola, bem como facilita a aproximação entre escola e família.

A gestão democrática está amparada na Constituição Federal de 1988, quando é citada como princípio do ensino, no Artigo 206, na qual traz: “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, Constituição Federal, 1988). Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 reforça tal princípio: “Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;” (BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996). Atualmente, o Plano Nacional de Educação (PNE/ 2014-2024) incluiu em sua Meta 19:

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (BRASIL, Plano Nacional de Educação, 2014).

Sabe-se que a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, de modo a atender a legislação vigente requer muito envolvimento das

escolas. Para que se efetive a participação que uma gestão democrática exige, as equipes gestoras passam por muitos desafios, desde professores que estão de certa forma acomodados e acostumados a se envolverem apenas com a organização de suas aulas, até familiares que não dispõem de tempo para participar das reuniões promovidas pela escola, passando pelos alunos que julgam não serem importantes nas tomadas de decisões ou são considerados imaturos para tal função.

A participação coletiva possibilita promover aproximação e reduzir desigualdades entre todos os segmentos da comunidade escolar, além de criar condições para que todos os sujeitos envolvidos assumam responsabilidade pelas decisões tomadas em conjunto (LUCK, 2017).

Compreendo que os sujeitos envolvidos na gestão democrática ao compreender melhor suas atribuições para fomentar participação, contribui para que sejam reduzidas as desigualdades entre os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar. Mas para que aconteça a gestão democrática, as escolas passam por muitas transformações, o que é um grande desafio para as equipes gestoras, pois historicamente esses sujeitos (alunos, pais e outros membros da comunidade escolar) não foram incluídos nesses processos, sendo a sua participação, quando ocorria, relegada a um segundo plano.

Conforme Paro (2017), quem se dispõe a promover a gestão democrática na escola, deve estar ciente dos inúmeros obstáculos que encontrarão no caminho e precisam estar convictos da importância da participação da comunidade nesse processo, para que não desistam nas primeiras adversidades.

Conforme afirmam Maia e Costa (2013, p. 95):

O diretor e a equipe pedagógica têm a função de articular as diferentes visões de todos os participantes, superando o momento de “desabafo” necessário à população que por tanto tempo se viu calada. Assim, é evidente que haverá momentos no qual todos falam e não se chega a conclusões claras. Nesses casos, cabe ao gestor direcionar esse movimento característico do coletivo: a efetiva participação de todos.

O trabalho da direção escolar é precípua para que se desencadeiem ações democráticas no ambiente escolar. O termo direção para as organizações escolares, “implica intencionalidade, definição de um rumo, uma tomada de posição frente a objetivos sociais e políticos da escola” (LIBÂNEO, 2015, p. 117).

O cargo de diretor tem múltiplas funções dentro da escola, mas ele não atua sozinho. Entendo as atribuições deste gestor na perspectiva de um líder que mobiliza sua equipe a realizar funções específicas, de maneira que todos se sintam à vontade em realizar suas funções para que a escola atinja os resultados necessários.

Segundo Padilha (2017, p. 87):

o diretor de escola e seu vice, responsáveis pela coordenação de todas as atividades escolares, devem ser capazes de “seduzir” os demais segmentos para a melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido na escola. Isso significa, por exemplo, criar mecanismos e condições favoráveis para envolvê-los na elaboração do projeto político-pedagógico da unidade.

O diretor escolar representa os interesses coletivos e, por esta razão, não detém o poder de tomar decisões alijadas dos anseios da comunidade escolar, em especial se considerar o princípio da gestão democrática. Esta forma de gestão traz inúmeros benefícios, tanto para professores, quanto para pais e alunos que por se sentirem parte do processo, se tornam mais comprometidos. Como descrito por Paiva (2016, p. 53), “a gestão democrática é ferramenta bastante importante no processo de motivação, uma vez que ela deixa clara a relevância das pessoas para a organização”.

A gestão democrática, ao permear o processo de construção e avaliação do PPP, vai estabelecendo, coletivamente, as prioridades da escola e as estratégias para se atingir os objetivos propostos.

Dutra (2021) traz que é através de um bom planejamento que a escola garante total transparência, participação e autonomia junto à comunidade escolar. O planejamento da escola, ao ser pensado coletivamente auxilia os profissionais, funcionários, pais, professores e alunos no seu processo de organização e comprometimento com as demandas da comunidade em que a escola está inserida.

Entendo que planejar coletivamente é assumir que desafios farão parte desse processo. Como lembra Veiga (2004, p. 16) “buscar uma nova organização para a escola constitui uma ousadia para educadores, pais, alunos e funcionários”. Este processo é também uma autoria coletiva da escola, considerando que cada escola é única, cada escola encontrará sua melhor maneira de envolver toda a sua comunidade escolar no envolvimento com o

PPP. Como aponta Padilha (2017) problemas no campo educacional, que pareciam impossíveis de serem superados, tiveram resultado positivo quando pensados de forma coletiva.

Paralelamente, para que o processo seja efetivo, a organização de como será feita a participação de cada segmento é uma alternativa. Conforme Padilha (2017, p. 86) explica em sua obra:

se todos/as participam da tomada de decisões, deve-se estabelecer *regras claras* sobre como se dará essa participação, sobre como as decisões serão tomadas e em que cada segmento poderá contribuir desde a concepção do projeto até a avaliação e o replanejamento.

A construção do PPP trata-se de um movimento participativo que leva à reflexão coletiva a partir de diferentes concepções das finalidades da escola, considerando a diversidade de sujeitos da comunidade escolar. Em vista disso, Veiga (2004, p. 78) afirma que projeto político-pedagógico: “é um movimento complexo de debate, cuja concepção demanda não só tempo, mas também estudo, reflexão e aprendizagem de trabalho coletivo”. Consequentemente, é preciso apreender que a construção desse documento/movimento participativo, é a expressão do que acontece no dia a dia da escola e precisa ser detalhado.

O que também faz parte do planejamento/organização escolar, é a formação continuada dos professores, tendo em vista que as mudanças são muitas e diárias. A escola é lugar de desenvolvimento profissional docente, através de ações que ocorram dentro e fora da jornada de trabalho, “por meio do estudo, da reflexão, da discussão e da confrontação das experiências dos professores” (LIBÂNEO, 2015 p. 188).

A formação de professores promove não só a melhoria na qualidade do ensino, mas a otimização do tempo, que muitas vezes é desperdiçado pela escola e pelos professores com questões que poderiam ser priorizadas em outros momentos.

O tempo é outro ponto a ser considerado para a organização escolar, pois a escola necessita organizar ou reorganizar o seu tempo para que ocorram mudanças no ensino, com isso, Veiga (2004, p. 29), afirma:

é preciso tempo para que os educadores aprofundem seu conhecimento sobre os alunos e sobre o que estão aprendendo. É preciso tempo para acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico

em ação. É preciso tempo para os estudantes se organizarem e criarem seus espaços para além, da sala de aula.

Em outras palavras, um dos fatores que interfere na almejada mudança na escola se faz a partir da destinação do tempo necessário para as formações continuadas para os professores.

Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 470), “toda organização precisa de um plano de trabalho que indique os objetivos e os meios de sua execução, superando a improvisação e a falta de rumo”. Concordo com o autor que o planejamento da escola não pode estar sujeito simplesmente a improvisações, pois desta forma a identidade e história da instituição ficam prejudicadas e principalmente o planejamento e as ações desencadeadas pela secretaria, que é um órgão da gestão superior.

O projeto político-pedagógico, “é um elemento de organização da integração da atividade prática da instituição nesse processo de transformação” (VASCONCELLOS, 2015 p. 169). Seguindo este pressuposto, surge a necessidade de trazer à luz a definição de organização que usarei nesse trabalho. Veiga (2013), define organização como um conjunto de pessoas e recursos articulados para a realização de um objetivo, mantendo a interação com o meio. Portanto, além das escolas, entendo que as Secretarias de Educação também devem ter definidas suas filosofias e objetivos, elementos que compõem o PPP de todas as escolas e, assim, servir de documento articulador do projeto das escolas. O Plano Municipal de Educação (PME) e outros dispositivos legais que orientem todas as ações educativas da rede de ensino são observados neste processo.

O maior desafio da secretaria para auxiliar as escolas na construção deste documento está no processo de construção coletiva e na compreensão de que este documento não é um amontoado de planos. Como coloca Veiga (2004, p. 14):

o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas.

Para que isto não ocorra é importante que desde a sua construção o projeto seja de conhecimento de todos os envolvidos com a escola. Construir

uma metodologia para mobilizar toda a comunidade escolar ainda é um desafio para as equipes gestoras da escola. Auxiliar neste processo é função das secretarias de cada município. Nas palavras de Lima (2014, p. 75), “a Secretaria define os valores da educação e direciona a Rede de Ensino, garantindo as condições para sua efetivação nas escolas”.

Para compreender como este documento pode ser elaborado, me reporto a própria conceituação de projeto político-pedagógico. Cada palavra que forma seu nome, já diz muito sobre o documento. É projeto porque nomeia as ações que serão executadas num determinado período; é político porque delimita o caminho para formar cidadãos; e é pedagógico porque delibera e organiza as atividades e os projetos necessários que serão desenvolvidos na escola para o processo de ensino e aprendizagem (LOPES, 2010). Entretanto cabe ressaltar que não se deve documentar apenas as metas a serem alcançadas, mas avaliar essas metas permanentemente, o que também inclui a participação de todos os segmentos da comunidade escolar nesse processo. Nas palavras de Veiga (2013 p. 13):

o projeto busca um rumo, uma direção. Com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo o projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

Ainda em relação a nomenclatura, Veiga (2013), considera que político e pedagógico são inseparáveis, pois enquanto um tem como propósito a formação de cidadãos para a sociedade, o outro estabelece as ações educativas necessárias para que esse propósito se cumpra.

Desta maneira, “construir o projeto político-pedagógico é um processo dinâmico de ação e reflexão que ultrapassa a simples confecção de um documento”. Trata-se de “uma prática social coletiva, fruto da reflexão e da consistência de propósitos e intencionalidades” (VEIGA, 2004, p. 81).

Além da gestão democrática, Veiga (2013) aponta outros quatro princípios que norteiam o PPP: igualdade, qualidade, liberdade e valorização do

magistério, que também estão amparados no Art. 206 Constituição Federal de 1988:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
 VII - garantia de padrão de qualidade (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

E igualmente no Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 VII - valorização do profissional da educação escolar;
 IX - garantia de padrão de qualidade (BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996).

O Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegura a garantia de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

O Plano Nacional de Educação (PNE/ 2014-2024), também reforça alguns desses princípios em suas metas:

Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.
 Meta 17: Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final da vigência deste PNE (BRASIL, Plano Nacional de Educação, 2014).

Conforme explana Medel (2012) em sua obra, todos os princípios norteadores do PPP, não devem ser explorados de maneira isolada por dependerem um do outro.

Veiga (2013), acrescenta com relação ao princípio de igualdade que para alcançá-lo é necessário aumentar a assistência e ao mesmo tempo, monitorar a qualidade do ensino. Sob o mesmo ponto de vista, Mosna (2008, p. 107) diz que ele “precisa ser entendido como acesso e garantia de sucesso escolar”. Semelhantemente, Maia e Costa (2013, p. 42) afirmam que:

este princípio garante condições igualitárias de acesso à escola e de permanência nela. A igualdade deve ser garantida pela mediação da escola, o que requer muito mais que a expansão quantitativa da oferta de vagas – é necessária a ampliação do atendimento de boa qualidade.

Com um PPP bem elaborado, de forma coletiva, trazendo à tona muitas das desigualdades existentes na escola e implantado com efetividade será capaz de garantir que este direito seja assegurado a todos os alunos. Mosna (2008, p. 107) ainda complementa: “para reduzir as desigualdades são necessárias intervenções na etapa em que os filhos das classes populares estiverem na Educação Básica”.

Além disso, a preocupação com qualidade da educação também está diretamente ligada ao trabalho coletivo, pois uma vez que todos os segmentos participam da construção do PPP, eles compreenderão que a sua ação interfere nas melhorias pretendidas na escola.

Na opinião de Calderaro (2007 p. 90), “essa conscientização terá reflexos na coletividade, já que cada um poderá passar a exercer seu papel compreendendo a influência que exerce sobre a função do outro”.

Veiga (2013 p. 16), ainda complementa que tal qualidade “não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais”, é preciso “propiciar uma qualidade para todos”.

O princípio da liberdade, para Veiga (2013 p. 18-19), é relacionado à autonomia, e os dois “fazem parte da própria natureza do ato pedagógico”. Através da liberdade e autonomia, a escola constrói seu PPP de forma coletiva e tem condições para alcançar as metas e objetivos definidos, pois todos trabalhando juntos se tornam responsáveis pelo que foi acordado no coletivo (LIBÂNEO, 2015).

Medel (2012) acrescenta que a autonomia também está associada à qualidade do ensino, pois quanto mais se conquista, mais compromisso em garantir qualidade. A qualidade do ensino está igualmente relacionada com a valorização do magistério e outros profissionais da educação, sendo que para este autor a formação ocorre em dois níveis:

a formação inicial, direcionada a proporcionar ao futuro profissional da educação as condições básicas ao seu ingresso na profissão e uma visão global de sua atuação no magistério; e a formação continuada,

destinada aos professores em exercício, objetivando auxiliar no aperfeiçoamento de sua prática pedagógica (MEDEL, 2012, p. 44).

Sobre o mesmo assunto, Veiga (2013) diz que essa valorização se relaciona fortemente com a formação inicial e continuada, e às circunstâncias em que ocorre o trabalho e seus rendimentos salariais.

Como descrito por Libâneo (2015, p. 187), a formação continuada “é condição para aprendizagem permanente e para o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional de professores e especialistas”, e por estar relacionada à formação inicial, visa “o aperfeiçoamento profissional, teórico e prático no próprio contexto de trabalho”.

Essa formação deve fazer parte do PPP e Veiga (2013, p. 20) afirma que cabe à escola:

- a) Proceder ao levantamento de necessidades de formação continuada de seus profissionais;
- b) Elaborar programas de formação, contando com a participação e apoio dos órgãos centrais, no sentido de fortalecer seu papel na concepção, na execução e na avaliação do referido programa.

A formação continuada, porém, não deve resumir-se somente aos professores, mas a toda a equipe técnica escolar. Como descrito por Calderaro (2007, p. 43), a escola “constitui também o local em que os profissionais desenvolvem o seu profissionalismo”. E Veiga (2013, p. 20) reitera em sua obra:

a formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos.

A valorização do magistério, também é parte fundamental na elaboração do PPP, pois é um dos fatores que possibilitará a garantia de qualidade no ensino.

Diante do exposto acerca dos princípios que norteiam a construção do PPP e a organização do trabalho pedagógico fica clara a necessidade de que este processo seja feito de forma coletiva, com a participação de todos os envolvidos, para que se atinja o objetivo de uma escola democrática e de qualidade, para todos.

4. CONTEXTO DA INTERVENÇÃO

Este capítulo propõe-se a caracterizar o município de Dom Pedrito/RS desde sua criação, bem como a estruturação da educação no âmbito municipal.

4.1. A criação do município

O município de Dom Pedrito situa-se na Região da Campanha Gaúcha, no extremo sul do país e é o 5º maior município em extensão territorial do estado do Rio Grande do Sul (IBGE, c2017).

O povoamento da região sede iniciou em 1800, motivado pelo contrabando. Emancipando-se em 1872. Um espanhol, Pedro Ansuateguy, apelidado de Dom Pedrito, organizava esta atividade ilegal, abrindo picadas que deram origem a estradas, daí surgindo o nome do município emancipando-se de Bagé no ano de 1872. Inicialmente, denominou-se N. Sra. do Patrocínio de Dom Pedrito; posteriormente, passou a chamar-se somente Dom Pedrito. A partir de 1888, a sede foi elevada à categoria de cidade.

Figura 1: Brasão de Dom Pedrito.



Fonte: Setor administrativo da Secretária de Educação.

Esta região foi duramente atingida por três conflitos armados: Revolução Farroupilha¹, Revolução Federalista de 1893² e pela Revolução de 1923. O Tratado de Paz da Revolução Farroupilha ocorreu nas margens do Rio Santa Maria na região do Ponche Verde, onde hoje é o município de Dom Pedrito, o que, atualmente, levou a cidade a ter a denominação de Capital da Paz.

Figura 2: Bandeira da cidade.



Fonte: Setor administrativo da Secretária de Educação.

Após a Revolução de 1923³, o progresso tomou grande impulso na zona, principalmente nos setores de criação de gado e triticultura. Dom Pedrito sempre

¹ A Revolução Farroupilha, ocorreu no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1835 e 1845, foi uma das revoltas mais longas ocorrida no território brasileiro no Período Regencial tendo como principal motivação a insatisfação dos donos de grandes áreas territoriais, devido aos altos impostos cobrados, principalmente sobre o charque, pelo governo do Império. Inicialmente a revolução não tinha caráter separatista, mas com o passar do tempo, essa saída ganhou força. Após inúmeras derrotas os farroupilhas negociaram o fim do conflito com o governo imperial e a revolta acabou com a assinatura do Tratado de Ponche Verde, no dia 1º de março de 1845.

² A Revolução Federalista foi uma guerra civil gaúcha entre os federalistas e os republicanos. Retrata uma das mais violentas revoluções acontecidas Rio Grande do Sul. Os federalistas estavam descontentes com a ascensão de Floriano Peixoto à presidência, eram contrários ao sistema de governo presidencialista centralizado e ansiavam por um governo federalista. A revolta durou dois anos e meio, entre os anos de 1893 e 1895 e quando o presidente Prudente de Moraes selou um acordo entre as duas partes.

³ O ano de 1923, no Rio Grande do Sul, foi marcado pelo confronto entre os assististas e borgistas, conhecido como Revolução de 23. Os Assististas formando a oposição, liderados pelo diplomata e pecuarista Joaquim Francisco de Assis Brasil, não queriam mais um mandato de Borges de Medeiros e apoiavam a eleição do opositor. Os Borgistas eram liderados por Antônio Augusto Borges de Medeiros que governou o Estado por mais de 20 anos de forma

manteve sua área geográfica desde sua emancipação, não tendo dado origem a nenhum outro município.

O município encontra-se numa região pouco privilegiada, pois encontra-se longe de grandes indústrias. Mesmo com grandes extensões de campo, existem poucos proprietários, a maioria da população é funcionária de propriedades rurais, empregados do agronegócio.

Segundo Barreto (2011), com a modernização da produção agrícola, os créditos disponibilizados pelo governo dependiam de uma produção mínima na agricultura, e isso não era possível em pequenas propriedades:

com a evolução do crédito rural, mesmo nas áreas que não eram foco do projeto integracionista passou a ocorrer a compra de propriedades menores, aumentando a concentração de terras nas mãos de poucos, já que os pequenos produtores, sem financiamento sem subsídio, não tinham como reduzir custos a ponto de tornar o preço de seus produtos competitivos no mercado (BARRETO, 2011 p. 59).

Essa modernização causou impactos, que refletem até hoje, em diversos pontos, inclusive na educação.

No final do século XX houve grande impulso na rizicultura no município. No início do século XXI iniciou-se o plantio de uvas para a elaboração industrial de vinho (DOM PEDRITO, c2021).

O município de Dom Pedrito se limita ao sul, em curta fronteira, com o Departamento de Rivera, Uruguai. No estado, se limita a oeste com Santana do Livramento, ao norte com Rosário do Sul, com São Gabriel (limite municipal bem curto) e com Lavras do Sul. A leste o limite é com Bagé.

ditatorial, apoiavam sua reeleição. Com a assinatura do Pacto de Pedras Altas, em 14 de dezembro de 1923, ocorreram mudanças no quadro político do Rio Grande do Sul, que possibilitaram alterações na Constituição de inspiração positivista de 14 de julho de 1891. Após a eleição de Getúlio Vargas iniciou-se uma política de atendimento dos interesses dos produtores rurais.

Figura 3: Localização de Dom Pedrito no Rio Grande do Sul.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Dom_Pedrito.

O município é servido pelas bacias hidrográficas dos rios: Rio Camaquã e Rio Santa Maria. Este último nasce no nordeste do município. A rodovia BR-293 liga o município a Bagé e a Santana do Livramento. As terras do município dividem-se em duas partes, uma à margem esquerda do rio Santa Maria, onde predominam os campos de planície e farta irrigação; outra à margem direita, com predominância de coxilhas suaves e grande disposição de minérios. A primeira era caracterizada pelas grandes propriedades, situando-se mais próxima de Santana do Livramento; a segunda onde se encontravam propriedades menores, sendo mais próxima de Bagé.

Figura 4: Mapa ilustrativo do município.



Fonte: <https://vicentsolar.com/ilustracoes/>

A população foi de 38.898 habitantes, conforme dados do último censo em 2010 e a população estimada em 2020, foi de 38.339 (IBGE, c2017). A distância rodoviária até Porto Alegre, capital administrativa estadual, é de 441 km.

4.2. A educação no município

Conforme a Constituição Federal, a competência do município é atuar prioritariamente na Educação Infantil e Ensino Fundamental em colaboração com seus sistemas de ensino (BRASIL, 1988, Art. 211, § 2º) e LDB nº 9.394/96 através do art. 11 versa sobre as alternativas que o município tem para se organizar em relação à educação, que é através da estruturação do seu sistema próprio de ensino.

O município de Dom Pedrito possui sistema próprio de ensino, regulamentado pela Lei nº 2.445 de 15 de agosto de 2019. O Sistema Municipal de Ensino compreende as Instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental mantidas pelo poder público, bem como Instituições de Educação Infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada, o Conselho Municipal de Educação e a Secretaria de Educação do município.

O município conta com 48 instituições educacionais, que compreende a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. O município oferta a educação básica nas dependências administrativas: municipal, estadual e privada.

A rede municipal conta com 30 escolas, sendo 21 Escolas de Ensino Fundamental (8 urbanas e 13 rurais), 8 Escolas de Educação Infantil (7 urbanas e uma rural), e uma Escola de Educação Especial, totalizando 3380 alunos atendidos, conforme apresentado no Quadro 2 – Dados do setor administrativo da Secretaria de Educação em junho/2021.

Quadro 2: Escolas da rede municipal

Nome	Endereço	Matrículas	Etapas
EMEF Alcides Maia	Rua Leopoldino Dutra Sobrinho, 727 – Bairro Getúlio Vargas – Urbana	274	Pré ao 9º ano
EMEF Alda Seabra	Rua Osvaldo Aranha, 2048 – Centro – Urbana	458	Pré ao 9º ano
EMEF Alexandre Vieira	Rua dos Expedicionários, S/N – Bairro Getúlio Vargas – Urbana	162	Pré ao 9º ano
EMEF Argeny de Oliveira Jardim	Rua Davi Canabarro, Esq. Rua Argeny Jardim S/N – Urbana	269	Pré ao 9º ano
EMEF Doutor José Tude de Godoy	Rua Walter Gowert, 2088 – Bairro Dr. José Tude de Godoy – Urbana	449	Pré ao 9º ano
EMEF Duque de Caxias	Rua Alberto Fernandes, 400 – Bairro Dr. José Tude de Godoy – Urbana	78	Pré ao 5º ano
EMEF Herodiano Arrué	Rua Antenor Madruga, 3251 – Vila Arrué – Urbana	192	Pré ao 9º ano

EMEF Professor Bernardino Tatú	Rua Conde de Porto alegre, 535 – Centro – Urbana	310	Pré ao 9º ano
EMEI Beto Severo	Rua 21 de Abril, 2159 – Bairro São Gregório – Urbana	166	Bercário/ Maternal/ Jardim/ Pré A e B
EMEI Doutor José Tude de Godoy	Rua Mariano Camboim, 2083 – Bairro Dr. José Tude de Godoy – Urbana	77	Bercário/ Maternal/ Jardim/ Pré A e B
EMEI Maria Francisca Macedo	Rua 7 de Setembro, 2051 – Centro – Urbana	80	Bercário/ Maternal/ Jardim
EMEI Marli Terezinha Cassol da Silveira	Rua Delfino José da Silva, 2903 – Bairro Meu Norte – Urbana	187	Bercário/ Maternal/ Jardim/ Pré A e B
EMEI Patrícia Pinto e Mariza Severo	Rua Rui Barbosa, 670 – Centro – Urbana	122	Pré A e B
EMEI Santa Terezinha	Rua Jacinto Pereira, S/N – Bairro Santa Terezinha – Urbana	106	Bercário/ Maternal/ Jardim/ Pré A e B
EMEI Tupi Silva	Rua Rui Barbosa, 1196 – Centro – Urbana	102	Maternal/ Jardim
EMREF Anna Riet Pinto	BR 293 – Caveiras – 2º Subdistrito – Rural	75	Pré ao 9º Ano
EMREF Pedro Bernardo dos Santos	Cerro do Melo – 1º Distrito – Rural	44	Multisseriada – Pré ao 5º Ano
EMREF Sepé Tiarajú	Caveiras – 2º Subdistrito – Rural	23	Multisseriada – Pré ao 5º Ano
EMREF Sucessão dos Moraes	Upacarái – 3º Subdistrito – Rural	75	Pré ao 9º Ano
EMREI João Francisco Trein Leite	Vila de São Sebastião – Torquato Severo – 2º Subdistrito – Rural	12	Bercário/ Maternal/ Jardim/ Pré A e B
EMREF Manoela Freire	Sede – 1º Subdistrito – Rural	17	Multisseriada – Pré ao 5º Ano
EMREF Na Tala	Fontouras – 5º Subdistrito – Rural	4	Multisseriada – 1º ao 5º Ano
EMREF Raul Moreira Corsini	Música – 3º Subdistrito – Rural	12	Multisseriada – Pré ao 5º Ano

EMREF Maneco Martins	Ponche Verde – 4º Subdistrito – Rural	7	Multisseriada – 1º ao 5º Ano
EMREF Rufino Silveira Sene	Vacaiquá – 3º Subdistrito – Rural	1	Multisseriada – 1º ao 5º Ano
EMREF Ofanda Jacinto	Fontouras – 5º Subdistrito – Rural	3	Multisseriada – 1º ao 5º Ano
EMREF Oscar Pohlmann	Ponche Verde – 4º Subdistrito – Rural	11	Multisseriada – Pré ao 5º Ano
EMREF Estação Vacaiquá	Caveiras – 3º Subdistrito – Rural	3	Multisseriada – 1º ao 5º Ano
EMREF Obelisco da Paz	Ponche Verde – 4º Subdistrito – Rural	8	Multisseriada – Pré ao 5º Ano
EMEE Oscar Carneiro da Fontoura	Rua Coronel Longuinho, 1803, esq. Joana de Assis Brasil – Bairro Dr. José Tude de Godoy – Urbana	53	1º a 5º Ano

Quadro elaborado pela pesquisadora em 14/09/2021.

Das 13 escolas rurais no município, 11 são multisseriadas, e são assim chamadas porque organizam vários anos numa única sala devido à baixa quantidade de alunos. Explica Rosa (2008, p. 228), que este modelo “representa um tipo de escola que é oferecida a determinada população e remete diretamente a uma reflexão sobre a concepção de educação com que se pretende trabalhar”.

O plano de carreira do magistério público municipal regulamentado pela Lei nº 775 de 18 de dezembro de 1997, não prevê horários para planejamento e reuniões pedagógicas, mas semanalmente, as escolas têm horário de aula reduzido nas quartas-feiras para que sejam realizadas reuniões e estudos pedagógicos, porém, através da Lei nº 2.634 de 25 de abril de 2022, que acrescenta parágrafos a lei do plano de carreira, fica assegurado que:

§ 2º Na composição das jornadas de trabalho dos cargos de professor mencionadas no “caput” e §1º deste artigo, fica reservado 1/3 dessas cargas horárias para horas de atividade.

§ 3º As horas de atividades são reservadas para preparação de aulas, planejamento, avaliação da produção dos alunos, reuniões escolares, contatos com a comunidade, formação continuada e colaboração com a Administração da escola e outras atividades a serem realizadas na forma definida pelo respectivo projeto político-pedagógico.

§ 4º O local e a forma de cumprimento da hora-atividade serão definidas por Decreto.”

A nova lei ainda está em processo de adequação e ainda não foi colocada em prática.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede municipal nos anos iniciais e finais, mesmo tendo apresentado avanço, tem se mantido abaixo da média nas últimas avaliações. Quadro 3.

Quadro 3: IDEB da rede municipal

	IDEB Observado						Metas Projetadas					
	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2009	2011	2013	2015	2017	2019
4º/5º	4,0	4,1	4,6	5,1	4,8	4,9	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
8º/9º	3,1	3,0	2,4		3,4	3,7	3,1	3,4	3,8	4,2	4,4	4,7

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/>

Dentre os motivos para que a rede municipal tenha apresentado, nas últimas avaliações, índices abaixo da média nas últimas avaliações, pode se destacar a ausência dos alunos nos dias de avaliação nacional. Mesmo com todo o empenho dos professores e equipe gestora para que isso não ocorra, os estudantes evitam comparecer às aulas nesses dias. Além disso, os professores relatam uma diferença significativa em relação ao nível da prova comparado ao nível de aprendizagem que se encontram os alunos. Dessa forma, esses fatores, juntamente com a distorção idade-série e evasão escolar, podem ser elencados como responsáveis pelo Ideb abaixo da média estabelecida.

O Plano Municipal de Educação é composto por 20 metas e 139 estratégias que são abordadas no PNE e se relacionam com a realidade do município, para que seja desenvolvida uma educação de qualidade, pois é o PME que define as diretrizes e os objetivos da educação.

Com relação à Educação Superior, desde o ano de 2006, foi implantada no município, um Campus vinculado à Universidade Federal de Pelotas que, em 2008, pela Lei nº11.640, de 11 de janeiro, tornou-se a Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA - Campus Dom Pedrito. Inicialmente foi ofertado apenas o curso de Zootecnia. Atualmente oferta cinco cursos de graduação (Agronegócio, Ciências da Natureza, Educação do Campo, Enologia e Zootecnia) que oportunizam acesso à educação superior pública, gratuita, inclusiva e de qualidade, para a população que até então, esteve no limiar desse direito.

Além da graduação, a universidade oferece cursos de especialização *lato sensu*, que buscam o aperfeiçoamento dos profissionais da região e a continuidade dos estudos. A universidade constitui-se na concretização de um antigo sonho da população da região, possibilitando que os jovens permaneçam em sua localidade, adquirindo conhecimento necessário para impulsionar o seu desenvolvimento pessoal e o progresso regional.

A UNIPAMPA encontra-se inserida na comunidade pedritense por meio de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, onde é proporcionada a disseminação do conhecimento pela utilização do espaço físico da Universidade e dos profissionais que nela atuam.

O curso de Licenciatura em Ciências da Natureza da Universidade Federal do Pampa, atua na Escola Municipal de Ensino Fundamental Bernardino Tatu com o programa de Residência Pedagógica e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Doutor José Tude de Godoy e Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental Sucessão dos Moraes com o PIBID⁴ (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência). Já o curso de Licenciatura em Educação do Campo atua com o PIBID na EMREF Anna Riet Pinto.

⁴ O PIBID é um programa que oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos de licenciatura que realizam estágios em escolas públicas e objetiva anteciper o vínculo entre os futuros licenciados e as escolas, fazendo uma articulação entre universidades, escola e sistemas de ensino.

4.3. Estrutura Organizacional da Secretaria de Educação e Escolas

Atualmente, a organização da secretaria se dá da seguinte forma: Secretário de Educação, assessorado pela Secretária Adjunta, seguido da Diretoria Pedagógica, que conta com a Diretora Pedagógica. A seguir, na estrutura organizacional aparece as Supervisoras de Educação Infantil, de Anos Iniciais, de Educação do Campo, de Matemática, de Ciências, de Educação Física, de Língua Portuguesa, de Arte, de Geografia e História e Projetos.

O Setor Administrativo, é coordenado pela Diretora Administrativa, e engloba os setores de Transporte Escolar, Finanças e Prestação de Contas e Assistência ao Educando e Compras. Esta organização é apresentada na Figura 5: Organização dos cargos da Secretaria de Educação.

Figura 5: Organização dos cargos da Secretaria de Educação

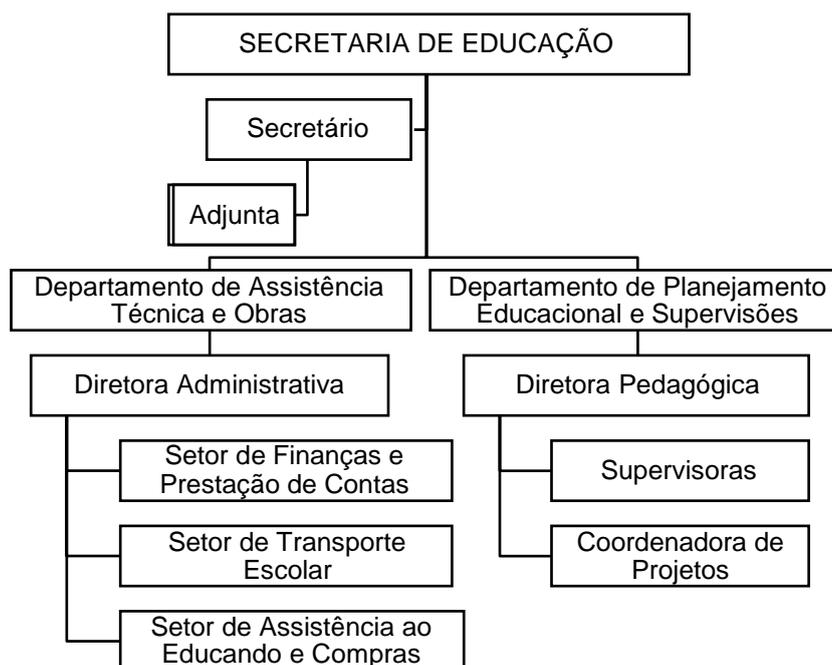


Figura elaborada pela pesquisadora em 14/09/2021.

Todas as escolas urbanas da rede municipal, tanto de ensino fundamental quanto de educação infantil, contam com equipe diretiva composta por um diretor e um ou dois vice-diretores, obedecendo a Lei nº 775 de 18 de dezembro de 1997, que prevê que as escolas de ensino fundamental com até 130 alunos terão um vice-diretor e escolas com 131 alunos ou mais, terão dois vice-diretores, um por turno. A maioria delas possui supervisores pedagógicos e orientadores educacionais. Apenas as duas escolas do campo com ensino fundamental completo possuem diretor, vice-diretor e supervisor pedagógico. As escolas multisseriadas do campo possuem apenas um professor responsável, sem contar com equipe gestora.

5. CONSTRUINDO OS CAMINHOS DA AÇÃO

Neste capítulo serão abordados os procedimentos metodológicos que serão utilizados na realização deste projeto de intervenção.

5.1. Definições da Pesquisa-Ação

Para o desenvolvimento deste projeto, a metodologia utilizada será a pesquisa-ação, de cunho qualitativo, que será desenvolvida na Secretaria de Educação de Dom Pedrito, meu local de trabalho e, portanto, me torna além de pesquisadora, sujeito da pesquisa, juntamente com as gestoras das escolas da rede municipal. A escolha da pesquisa-ação se deu por esta abordagem colocar os atores como pesquisadores da ação, pois diferentemente das pesquisas convencionais, esse tipo de pesquisa permite a participação do pesquisador junto com os atores da situação observada (THIOLLENT, 2011). Nas palavras de Thiollent (2011, p. 20):

a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Para desenvolver a intervenção defini 10 escolas da rede municipal de Dom Pedrito/RS. O critério de escolha foi escolas que ofertam Ensino Fundamental, sendo que oito delas situam-se na zona urbana e duas na zona rural. Além disso, todas elas estão em pleno processo de reestruturação do projeto político-pedagógico.

Com o objetivo de evidenciar os principais problemas encontrados pela equipe gestora para reconstruir de forma coletiva o projeto político pedagógico das escolas, foi realizado um diagnóstico, através de uma roda de conversa.

O objetivo da roda de conversa foi pontuar os principais anseios das gestoras de escolas com relação à elaboração do documento e, concomitantemente, será extrair o interesse dos respondentes em participar do projeto de intervenção.

Com base no resultado obtido através da roda de conversa, foi delineado o ponto de partida para a elaboração de uma metodologia para a construção

coletiva do PPP das escolas, juntamente com os sujeitos que vivenciam o dia a dia da gestão.

Optou-se pela Roda de Conversa considerando que esta técnica promove o diálogo e a reflexão entre grupos de pessoas, a partir de temas previamente selecionados, neste caso, a participação coletiva da comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico das escolas. Nesse sentido, Afonso e Abade (2008, p. 19) colocam:

uma Roda de Conversa é uma forma de se trabalhar incentivando a participação e a reflexão. Para tal, buscamos construir condições para um diálogo entre os participantes através de uma postura de escuta e circulação da palavra bem como com o uso de técnicas de dinamização de grupo.

Ainda na fase exploratória, foi realizado um roteiro de discussão, que posteriormente foi apresentado ao grande grupo.

O encontro se deu após todas as diretoras das escolas de Ensino Fundamental completo terem sido convidadas para a roda de conversa, através de mensagem privada via *WhatsApp*, onde sete confirmaram presença pelo menos de um representante da equipe gestora, porém apenas quatro representantes de escolas urbanas compareceram, duas diretoras e duas vice-diretoras.

Após resistência das equipes gestoras das seis escolas em participar de um novo encontro proposto para a finalização do diagnóstico, a Diretora Pedagógica da Secretaria de Educação convocou tais escolas a enviarem um representante da equipe diretiva para participar da reunião. Na ocasião, compareceram um vice-diretor e cinco supervisores pedagógicos.

5.2. Diagnóstico

A Roda de Conversa aconteceu no dia 21 de setembro de 2021 de forma presencial, no Salão de Atos da Secretaria de Educação do município, com duração de aproximadamente 40 minutos. Os participantes e pesquisadora sentaram-se em ao redor de uma mesa de reuniões, cumprindo todos os protocolos de segurança e distanciamento do Centro de Operações de Emergência (COE) contra a COVID-19 (Sars-CoV-2).

Após a apresentação da proposta, a Roda de Conversa obedeceu a um roteiro estruturado em cinco perguntas, apresentadas no Quadro 4, que foram realizadas para todos os representantes ao mesmo tempo.

Quadro 4: Roteiro utilizado na roda de conversa com os representantes das escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Dom Pedrito.

<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do objetivo da roda de conversa. 	
<ul style="list-style-type: none"> • Questões: 	<ul style="list-style-type: none"> • Como se deu o processo de elaboração do último Projeto Político-Pedagógico da escola?
	<ul style="list-style-type: none"> • Foi possível envolver todos os segmentos? Como avaliam a participação das categorias? <ul style="list-style-type: none"> • Professores: • Funcionários: • Pais: • Alunos: • Comunidade externa:
	<ul style="list-style-type: none"> • Qual maior dificuldade que vocês encontram no processo de envolvimento do maior número de pessoas que compõem as diferentes categorias mencionadas anteriormente para a construção do documento? Se conseguem total envolvimento, como foi feita a sensibilização/convite?
	<ul style="list-style-type: none"> • Na pandemia, houve alguma mudança do PPP? Como se deu a participação da comunidade escolar nessa reelaboração? • Como avaliam o processo de formação continuada para a criação de uma metodologia que auxilie vocês na construção do PPP?

Quadro elaborado pela pesquisadora em 08/08/2021.

Todo o processo foi gravado em áudio mediante consentimento dos participantes da pesquisa que também assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) permitindo que suas contribuições fossem utilizadas para fins de pesquisa. No termo comprometo-me a não divulgar a identidade das participantes. Sendo assim, para preservar o sigilo e identidade dos sujeitos, usou-se códigos para identificá-las: Participante 1 (P1), Participante 2 (P2), Participante 3 (P3), Participante (P4).

A segunda parte do diagnóstico, aconteceu no dia 13 de outubro de 2022, no Salão de Atos da Secretaria de Educação e teve duração de 49 minutos. A nova roda de conversa contou com a presença de representantes das seis

escolas que não compareceram ao primeiro encontro. A identidade dos participantes será preservada e identificada através dos seguintes códigos: Participante 5 (P5), Participante 6 (P6), Participante 7 (P7), Participante 8 (P8), Participante 9 (P9) e Participante 10 (P10).

A forma codificada como aparece nos parênteses é como me reportarei aos sujeitos da pesquisa na análise dos dados.

Para análise dos dados obtidos, optou-se por utilizar o método de análise de conteúdo. Moraes (2003, p. 197) explica que este método examina criteriosamente e categoriza as informações coletadas a fim de compreendê-las, pois “a categorização é um processo de comparação constante entre as unidades definidas no processo inicial da análise, levando a agrupamentos de elementos semelhantes”.

A partir da transcrição e análise das falas extraídas da Roda de Conversa encontrei as seguintes categorias: *questionários como forma de participação das famílias; dificuldades no envolvimento da comunidade externa; participação dos professores através de reuniões; perguntas aos alunos nas turmas; dificuldades em coordenar o processo de reconstrução deste documento.*

5.3. Análise dos Resultados do Diagnóstico

A análise foi feita seguindo os preceitos metodológicos citados anteriormente. Desta forma, neste estudo, procurei compreender como se dá a participação da comunidade escolar para a avaliação e reconstrução do projeto político-pedagógico de 10 (dez) escolas da rede municipal localizada no município de Dom Pedrito, no estado do Rio Grande do Sul.

Como evidenciado previamente, no município há 10 escolas na rede municipal de ensino que possuem o ensino fundamental completo, ou seja, ofertam do 1º ao 9º anos. E todas foram convidadas para o encontro a fim de entender-se melhor as especificidades de cada uma.

Das escolas representadas na Roda de Conversa, foi possível verificar que todas elas possuem praticamente as mesmas dificuldades, bem como estratégias parecidas para resolução das adversidades. E a partir de suas falas, a primeira categoria que surgiu foi os *questionários como forma de participação das famílias*, onde as participantes expuseram:

nós mandamos questionamentos para as famílias né, a gente fez um questionário, os alunos levavam pra casa e aos poucos a gente foi conseguindo que eles retornassem, o que é bastante complicado, que tem algumas perguntas assim, que eles ficam em dúvida de responder [...], mas a gente teve um bom resultado, a gente fez um bom levantamento do que eles pensavam da escola (P1).

Nós fizemos uma pesquisa, um levantamento com a comunidade [...] até pro acesso ser mais fácil né, porque às vezes tu ir, ou fazer uma reunião, fica mais difícil nesse período de pandemia (P2).

Nossa escola também foi assim, foi o questionário enviado pros pais através dos alunos, e aí depois eles iam retornando pra gente (P3).

Aí é que tá, como ela diz, escola grande é um pouquinho diferente, nós tínhamos reuniões por turmas também, fazíamos por ano, só que a gente não tinha essa devolução, muitos não iam porque, era hora do trabalho, outros não iam porque tinham esquecido, então a gente não tinha esse retorno todo, que a gente teve com os questionários, com os questionários a gente teve muito mais retorno (P1).

quando a gente começou a refazer nós enviamos questionários. (P8)

Nós também! (P5 e P9) a gente enviou questionários, porque muitos pais não comparecem né, questionário eles respondem. (P9)

Diante do que foi dito pelas participantes, compreendo que o método encontrado pelas equipes, como forma de restabelecer a participação das famílias no processo de construção do PPP, foi considerada assertiva por todas elas.

Conforme Martins (2013), é difícil que a escola consiga uma participação efetiva da comunidade se essa comunidade não teve acesso à informação e principalmente à educação. Para isso seria necessária uma grande mudança no entendimento da grande maioria dos sujeitos da comunidade escolar externa, que se recusam ou não encontram tempo para participar das ações nas escolas.

Segundo Villas Boas (2013), muitas escolas tentam organizar o seu PPP de forma participativa, com os meios que tem ao seu serviço, sejam reuniões formais, informais, ou como neste caso, o envio de questionários. O uso de questionários, propiciou uma maior participação das famílias, diferente do método convencional, que seria através de reuniões presenciais. Contudo, dificuldades como as relatadas pela P1 fazem parte deste processo, pois muitas vezes as famílias não entendem perguntas simples que se relacionam à escola e, se fosse presencialmente, a questão poderia ser mais bem explicada. O questionário foi uma solução que garantiu a participação das famílias no

processo de reconstrução do PPP, mas outras formas de participação não podem ser desencorajadas. As reuniões presenciais ou a distância utilizando alguma plataforma oferecem maior possibilidade de diálogo e aproximação com as famílias.

Com relação às *dificuldades no envolvimento da comunidade externa*, as participantes relataram:

antes da pandemia a gente fazia através de reuniões, reunia os pais, em determinadas situações a gente reunia por turma, escola grande pelo menos, não tem condições de fazer uma reunião nessa dimensão, com toda a comunidade escolar (P4).

na minha escola, a maior dificuldade que a gente encontrava, até achar a solução, eram os horários, porque a gente quando fazia reuniões e determinava certos horários, tipo 10 horas da manhã ou 14h da tarde, a gente não tinha público, aí eram 5, 6, muito poucos, até a gente se dar conta que teria que ser após o horário de escola e no horário que eles estivessem em casa, que já tivessem saído do serviço. De lá pra cá então, a gente sempre organizou os horários de reuniões a partir das 18h, que daí sim, temos bastante público. (P3)

na nossa escola a gente não tem espaço amplo, adequado pra fazer isso, tanto que a gente faz na entrada, na área, no hall de entrada e fica, transborda de pessoas que tem que ficar do lado de fora. Não tem espaço. (P3)

envolver sim, não na quantidade que a gente gostaria e digamos que as coisas não ficaram assim tipo reuniões, ficaram mais como conversas informais é porque tinha que aproveitar o momento que tinha oportunidade de colher as informações. (P10)

quando tu especifica para o que é, muitos já não vão, então tu aproveita uma entrega de pareceres com reuniões no geral, daí tu inclui o assunto né, tu aproveita momentos pra incluir o assunto. (P7)

A grande questão que eu digo, disso aí é que essa falta de participação deles, gera um problema posterior depois, que é eles não saberem como é o funcionamento da escola, então eles não sabem muitas vezes que se tu coloca uma regra, eles acham que é coisa da diretora que inventou aquilo ali do nada, só porque sim. (P10)

Numa reunião de começo de ano, vamos falar sobre o PPP, mas são sempre os mesmos pais que acompanham, aqueles que deveriam ouvir nunca aparecem. (P7)

A maior dificuldade expressada por elas em envolver a comunidade externa na construção coletiva do documento antes da pandemia, era encontrar um horário em que pudessem reunir o maior número de pessoas, e quando encontravam o horário que fosse adequado para a maioria, o espaço físico da escola não era suficiente para acomodar todos. Algumas escolas relataram que a forma mais efetiva de conversar a respeito do PPP com a comunidade era

através de encontros informais, aproveitando todos os momentos que surgiam para coletar informações.

A terceira categoria que emergiu das falas das participantes, foi a *participação dos professores através de reuniões*, onde elas concordaram que essa participação era e é feita nas reuniões pedagógicas, tanto na modalidade presencial antes da pandemia e agora no retorno progressivo, quanto virtual, em tempos de pandemia, onde uma das participantes as representa com a fala:

E com os professores a gente trabalhou nas reuniões pedagógicas, usamos esses horários, para que se colocassem também as mesmas questões, do que que eles estavam achando do trabalho deles, o que eles achavam que deveria ser mudado, o que que era possível e o que que não era, dentro das possibilidades que a gente tem dentro da escola (P1).

eu fiz um questionário: O que que tu gostaria que tivesse na tua disciplina? Na tua escola? Tu tem que correr atrás pra te devolverem, então é uma participação forçada, aí tu corre atrás pra te devolverem, te devolvem, aí tu vai ler, poxa vida! Não tem a metade do que no dia a dia ele cobra da gente, do que no dia a dia ele quer do aluno, eu tô dando a oportunidade pra ele colocar o que ele deseja que tenha no PPP, pra daí construir, mas ele não escreve nada, não tem a metade do que ele te cobra em reunião, do que ele cobra do próprio aluno, não tem a metade do que ele te diz. (P7)

Alguns participantes relataram que os professores não se envolvem de maneira efetiva, mesmo que participem das reuniões, fazem apenas por obrigação.

A participação dos professores na organização do trabalho pedagógico é de suma importância para a construção de um projeto político-pedagógico que evidencie a real intencionalidade da escola. Pois do ponto de vista de Padilha (2017, p. 88):

Tendo os docentes participado ativamente do planejamento escolar, eles estarão comprometidos com ele e, principalmente, organizando suas atividades com base no que foi decidido coletivamente. Eles terão uma direção estabelecida em conjunto com os demais segmentos escolares, o que facilitará seu trabalho e dará maior ânimo ao exercício de sua atividade profissional.

O que só trará benefícios aos sujeitos mais importantes do projeto político-pedagógico e da escola.

A contribuição dos alunos para a construção coletiva do PPP foi através de *perguntas aos alunos nas turmas*, onde equipe gestora utiliza algumas aulas para que possam entrar nas turmas e realizar os questionamentos:

depois nós fizemos com os alunos também, os professores nos deram um tempo das suas aulas e se entrava na sala, também com questionamentos do que que eles pensavam da escola que eles viviam, do meio que eles estavam, o que que eles esperavam daquilo que eles estavam vivendo ali, também tivemos um bom resultado, todos participaram, ninguém se negou a responder, todo mundo participou (P1).

com os alunos foi na sala de aula também, junto com os professores e a equipe diretiva (P3).

os professores eles fizeram perguntas on-line, então cada um recebia aquelas perguntas que eram necessárias pra colocar no PPP e aí ele ia recebendo, mas até receber todas, pra poder ler e eles enviarem, passa muito tempo. (P8)

Observou-se que as escolas atuam da mesma forma quanto a participação dos alunos e concordam que é a forma mais efetiva de participação e nas palavras de Padilha (2017, p. 87), os alunos “devem ser ouvidos em todos os assuntos que lhes dizem respeito”.

A última categoria encontrada, refere-se às *dificuldades em coordenar o processo de reconstrução deste documento*, as demandas das equipes gestoras são tantas que elas acabam não conseguindo desempenhar suas funções ou organizar o grupo de um modo eficiente.

A gente tá meio assim ó, porque né, é tanta coisa que a gente tem que resolver, a gente tem o PPP, a gente tem toda parte administrativa da escola [...]muita coisa eu levo pra casa (P1).

Eu acredito [importante] que a gente tenha algo ou alguém que nos dê suporte, pra essa parte que a [P1] falou (P3).

Todas nós temos essa dificuldade (P4).

Todas nós temos essa dificuldade aí, é como eu digo, a equipe diretiva é ‘pau pra toda obra’: entra em sala de aula, vai na cozinha, ela faz todo serviço, faz secretaria... (P3).

E aí a gente fica às vezes se perguntando também: hoje eu não trabalhei, não fiz o meu trabalho. Às vezes acontece algum imprevisto, tá ajudando lá noutro lugar e vai a gente atender portaria, então tudo isso são coisa que nos tiram do foco do nosso trabalho, e é bem complicado, bem difícil mesmo (P4).

A reunião pedagógica acaba sendo só burocracia (P1).

E essas reuniões a gente sente assim ó, que o tempo é curto pra elas [professoras], como tem muita informação a gente não consegue fazer um estudo tranquilo assim, tem, leva três quartas-feiras pra terminar um estudo que a gente começou. E quando chegou lá na outra quarta, já perdeu o foco (P3).

Quando não entra outro assunto que a gente não tava esperando pra ser tratado ali (P1).

Se faz necessário o tempo pra estudo do PPP né, pra ter essa interação entre PPPs do município, tipo um encontro e também vai ser necessário, como uma exigência que todas as escolas façam a publicidade do PPP entre si, pra tornar vivo né, senão vai ser mais um (P5).

tem que se criar um espaço próprio pra isso, porque senão eu concordo, porque as vezes tu tá envolvido em tantas outras coisas, eu faço parte da equipe diretiva mas também dou aula, então quando começam a surgir várias coisas tu fica que não sabe o que tu atende, ou tu acaba fazendo por metade e mal feito ou tu te concentra em fazer uma coisa bem feita e deixa o resto pra depois e aí não faz né, e aí realmente as coisas não se organizam dessa forma (P10).

A avaliação e reconstrução coletiva do PPP envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, requer muito empenho, pois não se trata apenas de escrever um documento, mas a implantação de um processo de ação-reflexão, que exige esforço conjunto no planejamento de ações que buscam de resultados e reforçam o principal papel da equipe gestora, que é liderar sua realização em sintonia com o coletivo (BUSSMANN, 2013). A partir deste diagnóstico, foi possível compreender as estratégias utilizadas pelas equipes gestoras no processo de participação da comunidade escolar para a avaliação e reconstrução do projeto político-pedagógico das escolas da rede municipal do município de Dom Pedrito, no Rio Grande do Sul.

A participação das famílias na construção do documento sempre foi muito difícil em razão da falta de tempo para participar das reuniões decisórias e de avaliação dos projetos, porém, com a pandemia, sem a possibilidade de encontros presenciais, a adaptação dessa participação foi feita através de questionários enviados às famílias, o que foi bem aceito pela maioria, propiciando uma maior participação do que em tempos normais de reuniões presenciais. Reforço a compreensão de que esta é uma possibilidade de participação das famílias, mas que novas formas de participação como reuniões e entrevistas fornecem maior possibilidade de apropriação e envolvimento com o PPP. Uma estratégia seria desencadear uma reflexão com a comunidade externa sobre o que é o projeto político-pedagógico se vislumbram como uma possibilidade.

Os alunos participavam de forma coletiva, em reuniões nas turmas ou através dos questionários. A participação dos professores nunca foi uma dificuldade devido estarem acostumados com o processo, tanto em reuniões presenciais quanto em reuniões *online*.

A maior dificuldade enfrentada pelas equipes gestoras, está no fato de não encontrarem o tempo necessário para as reuniões pedagógicas, que normalmente são interrompidas por questões burocráticas e administrativas. Dificuldade esta, que poderá ser amenizada, quando a lei nº 2.634/2022, que regulamenta as horas de atividade for colocada totalmente em prática.

Deste modo, foi possível pontuar alguns problemas vivenciados pelas gestoras das escolas no processo de construção coletiva do PPP, para que juntamente com a equipe pedagógica da secretaria, seja possível traçar possibilidades de sensibilização das diretoras e assim, elaborar a metodologia de construção coletiva dos projetos políticos-pedagógicos das escolas da rede municipal de ensino de Dom Pedrito.

6. PLANO DE AÇÃO: DESCRIÇÃO DOS ENCONTROS

A intervenção ocorreu com três encontros presenciais com membros das equipes gestoras das escolas, realizados no Salão de Atos da Secretaria de Educação de Dom Pedrito/RS, localizada na Rua Borges de Medeiros, 1169, Centro. Os dois primeiros encontros, tiveram duração de aproximadamente 1 hora, e o terceiro e último encontro teve duração de 2 horas.

6.1. Descrição dos Encontros

Neste capítulo, apresentarei a descrição de cada encontro com as equipes das escolas de ensino fundamental da rede municipal.

Todos os encontros foram gravados em áudio, com o consentimento dos participantes.

6.1.1. Primeiro Encontro:

Ocorrido no dia 27/02/2023, às 8h30min, no Salão de Atos da Secretaria de Educação, compareceram catorze representantes de oito escolas da rede municipal de ensino fundamental.

Este encontro objetivou identificar e analisar as percepções das equipes gestoras das escolas com relação a construção coletiva do projeto político-pedagógico, e discutir a importância da construção coletiva e participativa do projeto político pedagógico das escolas. No primeiro momento, expliquei aos presentes os objetivos do encontro e a proposta do trabalho. Também conversaremos sobre a importância da construção coletiva do projeto político-pedagógico.

A seguir, realizei uma apresentação em Power Point contendo perguntas, reflexões e sugestões acerca da construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico da escola, abrindo espaço para que os participantes relatassem suas experiências, o que norteou nossa conversa.

Figura 6. Primeiro encontro

Fonte: Arquivo da pesquisadora⁵.

Ao final do encontro, entreguei aos participantes uma “Caderneta reflexiva” de uso individual, a fim de que eles pudessem descrever os contratempos encontrados quando tentassem abordar o assunto “projeto político-pedagógico” na escola, no decorrer das semanas que antecederiam o próximo encontro. Esta caderneta também serviu para avaliação dos encontros. A caderneta trazia a seguinte citação, como reforço de construção coletiva do PPP:

o projeto político pedagógico da escola retrata a sua identidade. Será um trabalho de construção e reconstrução que exige a participação de todos: Equipe diretiva, equipe pedagógica, funcionários, alunos, responsáveis por alunos e membros da comunidade local (MEDEL, 2012, p. 3).

Medel (2012) reforçava a importância da construção coletiva do projeto político-pedagógico, assim como a contribuição de cada segmento que faz parte da escola.

⁵ Todas as fotografias deste trabalho tiveram suas publicações autorizadas pelos participantes através do TCLE.

Figura 7. Cadernetas reflexivas.

Fonte: Arquivo da pesquisadora.

6.1.2. Segundo Encontro

O segundo encontro ocorreu no dia 21/03/2023, às 8h30min, no Salão de Atos da Secretaria de Educação. Compareceram treze representantes de dez escolas da rede municipal de ensino fundamental. Este encontro objetivou observar a contribuição de cada segmento da comunidade escolar e externa nos projetos político-pedagógicos já existentes de cada escola. Objetivou também elaborar estratégias para sensibilizar uma participação mais efetiva da comunidade escolar e externa na construção do PPP.

Primeiramente, conversamos a respeito dos contratempos descritos na caderneta reflexiva. Alguns participantes relataram como primeiro contratempo a falta de tempo para falar sobre o tema na escola, devido a todas as atividades de início de ano letivo, que impossibilitaram a realização de uma reunião pedagógica.

Figura 8. Segundo encontro

Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Após esta breve conversa, expliquei o objetivo do segundo encontro e propus que fizéssemos uma dinâmica explicando como seria o desenvolvimento deste encontro. Utilizando algumas falas do primeiro encontro, organizei pequenas fichas com pequenos excertos dessas falas e as coloquei em uma caixa. Um participante de cada escola sorteou uma frase e demos início a nossa discussão.

Num segundo momento, entreguei um texto sobre os princípios norteadores do PPP, retirado do livro da autora Veiga (2013), e sugeri que os participantes fizessem a leitura, de forma assíncrona a fim discutirmos sobre tais princípios no terceiro encontro.

6.1.3. Terceiro Encontro.

O terceiro e último encontro aconteceu no dia 31/03/2023, às 8h30min, no Salão de Atos da Secretaria de Educação, compareceram oito representantes de oito escolas da rede municipal de ensino fundamental. Reconhecer as principais dificuldades encontradas para promover uma participação mais efetiva na construção do PPP e planejar a elaboração de uma metodologia orientadora para a construção, execução e avaliação dos projetos políticos pedagógicos nas escolas da rede municipal de Dom Pedrito/RS, foram os objetivos deste encontro.

Inicialmente, conversamos a respeito de ser nosso último encontro da intervenção e os participantes demonstraram interesse em continuarmos os estudos sobre esta temática em outro momento. Logo após, expliquei o objetivo do encontro e passamos a conversar a respeito da leitura assíncrona que elas realizaram sobre os princípios norteadores do PPP.

A partir das discussões, passei uma parte de um vídeo no YouTube⁶ onde o professor comenta o capítulo do livro que utilizamos para leitura assíncrona, apenas com a parte dos princípios norteadores do PPP (duração 10min). Os colegas solicitaram que eu encaminhasse o vídeo e o texto completos, via *WhatsApp*, para que eles pudessem utilizar nos estudos de PPP da escola.

Figura 9. Terceiro encontro



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Partimos para o momento final do encontro, onde entreguei o Quadro 5, para cada escola, contendo alguns problemas relatados no decorrer dos encontros anteriores. Neste momento, o quadro foi preenchido coletivamente e posteriormente as respostas foram utilizadas como subsídio para a construção de uma Metodologia de Construção Coletiva do PPP.

⁶ Ilma Passos de Alencastro Veiga - Projeto Político Pedagógico da escola. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EHitmh2TNTg>.

Quadro 5. Roteiro para planejamento da metodologia.

Problema concreto	O que faremos para superar o problema? (Ação)	Propostas de ação
Preocupação dos professores em vencer conteúdo.		
Tornar o PPP vivo entre os colegas, alunos e responsáveis, não apenas um documento burocrático que precisa ser concluído.		
Professores não trabalham o PPP em sala de aula.		
Equipe gestora fazer com que todos se sintam pertencentes do espaço-escola.		
Falta de envolvimento da família.		
Falta de produtividade (eficiência) nas reuniões pedagógicas.		
Falta de produtividade(eficiência) nas reuniões com responsáveis.		
Participação efetiva de todos os alunos: Educação Infantil; Anos Iniciais; Anos Finais.		
Incluir outros problemas e propostas de ações pertinentes e não citadas anteriormente:		

Quadro elaborado pela pesquisadora em 23/03/2023.

Os problemas concretos, foram definidos a partir da transcrição das falas dos participantes nos encontros anteriores.

Após este momento de escrita e reflexão, encerramos nosso encontro com um café da manhã. A metodologia construída após reflexões promovidas pelos encontros e o preenchimento do Quadro 5 será apresentada nas análises do terceiro encontro.

Figura 10. Encerramento da intervenção



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

7. ANÁLISE DOS ENCONTROS

O propósito deste capítulo é analisar os dados coletados durante a intervenção e para tal análise, foi feita a transcrição das gravações de cada encontro e a partir daí originou-se o corpus da análise, pois de acordo Moraes (2003), o texto utilizado para análise pode ter sido produzido exclusivamente para este fim e não necessariamente ser um documento já existente.

Para preservar a identidade dos participantes os sujeitos foram identificados como representantes das escolas, que serão identificadas por Escola A (Três participantes: A1, A2 e A3), Escola B (Três participantes: B1, B2 e B3), Escola C (Dois participantes: C1 e C2), Escola D (Dois participantes: D1 e D2), Escola E (Um participante: E1), Escola F (Dois participantes: F1 e F2) e Escola G (Um participante: G1), Escola H (Um participante: H1) e Escola I (Um participante: I1). A participante E1, representa duas escolas.

Devido ao fato de subcategorias terem sido mencionadas nos dois encontros, as falas serão identificadas como encontro 1 (En1) e encontro 2 (En2).

A forma codificada que se encontra entre parênteses será utilizada nas análises dos encontros para identificação dos participantes e dos encontros.

A partir das falas que emergiram do primeiro e segundo encontros, foram identificadas cinco categorias, as duas primeiras com duas e três subcategorias respectivamente (Quadro 6), são elas:

Quadro 6. Categorias e subcategorias de análise.

Categorias	Subcategorias
<i>Construção coletiva do PPP</i>	<i>Concepção de construção coletiva do PPP</i>
	<i>Desafios da construção coletiva do PPP</i>
<i>Participação e envolvimento da comunidade escolar</i>	<i>Participação dos pais ou responsáveis</i>
	<i>Participação dos alunos</i>

	<i>Participação dos professores</i>
<i>Desafios da participação;</i>	-
<i>Professores não discutem sobre o PPP em sala de aula;</i>	-
<i>Reuniões produtivas e eficientes.</i>	-

Quadro elaborado pela pesquisadora em 13/04/2023

A categoria *construção coletiva do PPP*, os participantes expuseram:

eu entendo por construção coletiva do PPP, aquele documento que é construído coletivamente por todos os segmentos da escola, por exemplo com a percepção dos alunos, familiares, professores, da gestão e dos funcionários (A1).

aonde todos possam expressar a sua opinião, seu ponto de vista eu acho também, não é só participar e não expressar sua opinião, ali né, naquele documento, acho que o primordial dessa construção coletiva, acho que seria isso, de ter ali um pouco da opinião de cada um (B2).

Estas falas relacionam-se à subcategoria *concepção de construção coletiva do PPP*, Todos os participantes são unânimes em reconhecer a importância de se construir coletivamente o projeto político-pedagógico da escola e sabem que todos os envolvidos na escola devem participar dessa construção, mas é preciso que essa participação seja estimulada pela escola e assegure a participação de todos os segmentos, de forma mais ampla (MEDEL, 2012).

E a partir desta dificuldade, emerge a segunda subcategoria da construção coletiva, que é: *desafios da construção coletiva do PPP*, e os participantes comentam:

não é fácil, porque não é todos que acham, que sabem que é importante e se comprometem pra fazer esse trabalho quando a gente pede né (C1).

exatamente! Acaba sempre ficando pra uma pessoa a construção e aí depois ela expõe por restante, é mais ou menos dessa forma, não existe uma participação, é apenas o pouco conhecimento do que aquela pessoa construiu, se torna assim, porque os outros participarem é muito difícil (D2).

o conceito de coletivo é muito bonito, mas na hora que tu precisa mesmo da coletividade pra colocar em prática é difícil. É uma participação sem compromisso (C2).

eu costumo dizer lá na escola que o PPP é o coração da Escola (B1).

O primeiro desafio das equipes gestoras das escolas é lidar com a falta de comprometimento de quem precisa participar da construção deste documento.

Saber encontrar possibilidades para essas questões também faz parte do planejamento. Planejar formas para que todos os segmentos tenham a plena consciência de que só decisões tomadas no coletivo é que auxiliam na construção da participação democrática.

Maia e Costa (2013, p. 57), reforçam que a escola precisa superar esse desafio, efetivando a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na tomada de decisões, porém, isso “só acontecerá por meio do comprometimento de todos os sujeitos envolvidos na prática pedagógica escolar e na construção coletiva do PPP da escola”.

Nesta perspectiva, as falas sobre os desafios que são enfrentados durante o processo de construção coletiva do PPP, deram origem a segunda categoria, *participação e envolvimento da comunidade escolar*, e a partir dela, a subcategoria *participação dos pais ou responsáveis*:

eu cheguei a conclusão com a equipe, que a gente tem que fazer mais reuniões e falar mais ainda sobre o PPP, não só quando a gente vai modificar alguma coisa, vai incluir alguma coisa (B1).

eu acredito que os pais, eles participem, às vezes, no entendimento deles, quando tu coloca o conceito do que que é e tudo, eles não dominam, mas a partir do momento que tu proporciona pra eles a fala do que que eles participam na escola, naqueles momentos que eles estão, eles vão entender que eles já fazem parte desse processo né, muitos fazem, muitos estão lá a todo momento e muitos fazem parte (F2).

pra nós é melhor o CPM, até pela função do transporte, porque se marca reunião tem que cancelar aula e se tu chamar só o CPM eles podem ir no transporte no dia que tem aula (C1).

Sobre a participação dos pais ou responsáveis, os participantes acreditam que sejam necessárias mais informações sobre o que de fato é o projeto político-

pedagógico da escola e de que maneira eles podem participar da construção do documento.

Muitas escolas quando reúnem este segmento para falar sobre o PPP reclamam que o comparecimento é mínimo, ou somente daqueles pais que normalmente estão presentes em todas as atividades e/ou convocações propostas pela escola.

As Escolas do Campo têm ainda um desafio adicional, pois as reuniões de pais ou responsáveis só podem acontecer se for disponibilizado transporte escolar para eles. Porém, quando isso ocorre, os alunos não podem comparecer, pois não há disponibilidade de veículos para transportar a todos.

Por esse motivo, a representante da escola C, sugere que se for possível a participação do Círculo de Pais e Mestres ou do Conselho Escolar, como forma de representação do segmento, ficaria bem mais fácil, pois sendo esses representantes em número menor que a totalidade de responsáveis por alunos da escola, seria possível organizar transporte para todos sem que seja necessário o cancelamento das aulas em função das reuniões.

Sendo assim, os pais que não fazem parte do Círculo de Pais e Mestres ou do Conselho Escolar, e que tenham interesse e sejam liberados por seus empregadores, podem unir-se a esses colegiados nos momentos de elaboração do projeto político-pedagógico da escola. Neste sentido, Padilha (2017, p. 87), sugere que os pais ou responsáveis vinculam-se “aos diversos colegiados existentes na escola, com o que estarão até mesmo consolidando a prática participativa”. Entendemos que a representação de uma categoria, que é muito expressiva por uma minoria, pode prejudicar a construção do projeto. Mesmo que nem todos possam comparecer na escola por questões de deslocamento, outros mecanismos de participação podem ser pensados.

A segunda subcategoria encontrada refere-se à *participação dos alunos* na construção coletiva do PPP. Os participantes destacam:

eu, quando entro nas salas de aula, sempre que acontece alguma coisa que eu preciso entrar, eu sempre procuro trazer o projeto político-pedagógico pra dentro da sala de aula com eles, para eles entenderem o porquê, de toda aquela situação ali, mas o problema é que parece que eu me sinto sozinha nisso, entende (En1 - B1)?

os nossos alunos embora né a nossa realidade de antes da pandemia era uma, que eles tinham mais esse sentimento de pertencimento da

escola, e naquele período que eles deixaram de vivenciar a escola se perdeu muitas situações ((En1-F2).

eles sentirem que aquilo ali é para eles, eles que vão usufruir de tudo aquilo que tem ali dentro, então a gente conseguir alcançar esse objetivo aí faz toda a diferença. A gente sabe que não é fácil as vezes, até eles sentirem isso né, que eles fazem parte daquilo ali, que aquilo ali é para eles é um desafio bem grande ((En2- B2).

a nossa escola né, até o quinto ano só, então eles são pequenos ainda, mas se trabalha bastante e eles sentem aquilo ali, que a escola é pra eles, que a gente trabalha pra eles, então eles tem essa ideia, só que o que eu sinto ainda, a família não trabalha isso com os filhos, a família não dá esse valor aí de pertencimento, que a escola é deles, que tudo que tem dentro da escola, tudo que a gestão proporciona pra eles, é para eles. A família não passa isso pra eles (En2- D1).

Primeiramente, o que fica claro nas falas dos participantes é que os alunos precisam se sentir pertencentes ao espaço escolar, reconhecer sua importância para a instituição e assim participarem ativamente das decisões que forem pertinentes a eles.

É necessário que os alunos saibam o que é e para que serve o Projeto Político-Pedagógico da escola, e para que isso ocorra são necessárias ações por parte da equipe gestora, professores e funcionários. Padilha (2017, p. 115), ainda acrescenta que a participação dos alunos deve ocorrer: “em todo o processo educacional, a partir da sala de aula, da construção do projeto político-pedagógico da escola e, principalmente, colaborando ativamente na definição e construção do currículo escolar”.

Afinal o foco do PPP é o aluno e garantir a participação de todos, independentemente da idade é direito deles, mas será necessário um planejamento diferenciado e um olhar atento às respostas desses alunos, pois às vezes, o que é dito pode ser interpretado de diversas maneiras e só com o trabalho coletivo será possível enxergar além das respostas.

A última subcategoria diz respeito à *participação dos professores*, onde os participantes explanaram:

na reunião também é espaço de troca né, não de falar “do” aluno, reclamar “do” aluno, e não fala em planejar coisas boas “para” o aluno, proporcionar coisas boas “para” o aluno, quando mexe com a tua prática, mobilizar elas a pensar em algo pra prática delas...a gente perde muito tempo com muita fala assim, que não acrescenta (En1-F2).

que não agrega né?! Precisamos pensar naquele momento pra frente né, e não pensar no que já passou (En1 -G1).

e essa questão do pertencimento, é muito importante e a equipe gestora principalmente, que tem esse desafio né, de fazer com que todos se sintam pertencentes daquele espaço ali, porque eles se sentindo pertencentes daquele espaço o trabalho deles vai ser melhor assim como o dos alunos. eles sentirem que aquilo ali é para eles, eles que vão usufruir de tudo aquilo que tem ali dentro, então a gente conseguir alcançar esse objetivo aí faz toda a diferença. A gente sabe que não é fácil às vezes, até eles sentirem isso né, que eles fazem parte daquilo ali, que aquilo ali é para eles é um desafio bem grande. Ser pertencente é tu te envolver em tudo, é tu participar de tudo né, tu ter essa consciência da importância desse trabalho coletivo, em conjunto, isso que faz a diferença (En2- B2).

uma coisa que vem de encontro, é essa superação do professor de pensar que o PPP é um documento, é um documento sem vida, é um documento que ta ali só pra cumprir a parte burocrática da escola, então talvez esse pertencer, também tenha a ver com essa superação desse conceito de PPP, e acho que também assim, em entrevistas, roda de conversa, olhar com outros olhos as respostas (En2 -A1).

A participação e o envolvimento dos professores é também um grande desafio para as equipes gestoras no momento da construção do projeto político-pedagógico, pois ainda existem colegas que consideram o PPP apenas um documento que deverá ser desenvolvido para cumprir exigências da mantenedora e isto precisa ser superado.

Vasconcellos (2015, p. 162), considera as reuniões pedagógicas como “espaços necessários e privilegiados para a reflexão crítica e coletiva sobre a prática de sala de aula e da escola, bem como para o replanejamento”, e não deveriam ser interrompidas por questões inoportunas levantadas por professores que talvez, não estejam envolvidos de forma significativa na concretização da proposta, possivelmente por não se sentirem pertencentes daquele espaço.

Quando os professores se sentem pertencentes ao processo de construção do PPP, também se sentem mais valorizados e isso favorecerá a consolidação do projeto (Veiga, 2004). Porém, esse pertencimento só será alcançado com muita persistência da equipe gestora nos momentos de sensibilização, motivação e mobilização de seus professores para a construção coletiva do PPP.

Acerca da categoria *desafios da participação*, trago os seguintes relatos:

acho que aí tem dois desafios né, se a gente for parar pra pensar em expressar a opinião, primeiro se a gente for fazer um questionário, pensar o que a gente quer com esses questionário. Talvez usar essas

técnicas, principalmente com os alunos, talvez fazer uma dinâmica em sala de aula, e aí ir passando a caneta e propositalmente parar naquele aluno que não fala muito, porque é uma forma que a gente tem de ouvir a todos (A1).

usar instrumentos diferentes, pra ter esse retorno dele, essa resposta do aluno (G1).

são detalhes, mas são muito relevantes né. E outra coisa que a gente acaba fazendo lá na escola, que acaba dando um bom resultado, devido a gente não ter grandes espaços, se torna repetitivo, mas enfim, é o que da pra fazer, são as reuniões pra pequenos grupos de pais, por turmas, porque por exemplo assim é, é cansativo pra gente da equipe diretiva, é cansativo, mas o resultado, como é um grupinho pequeno, flui, daqui a pouco tu consegue da mais a palavra praquele que talvez não se expressaria no grande grupo, eu acho que da um bom resultado, e juntando com a ideia da colega, daqui a pouco uma roda de conversa e não uma reunião e não uma palestra, isso tudo vai aproximando, são detalhezinhos que aproximam (H1).

São inúmeros os desafios da participação coletiva e efetiva de todos os segmentos, e muitas vezes o que se consegue é uma participação apenas por participar, onde só se manifestam os “falantes”, tanto em sala de aula quanto em reuniões de pais ou responsáveis. Explicam os participantes que ao fazer um questionário, muitas vezes as perguntas e respostas podem ser interpretadas de forma errônea e o resultado será diferente do que se desejava.

Nas palavras de Vasconcellos (2015, p. 177), “se perguntarmos de forma equivocada, as respostas dificilmente poderão apontar para o que efetivamente é relevante”. Para todos esses casos, o planejamento para elaboração das perguntas para o questionário ou da dinâmica realizada é imprescindível e deve ser minucioso.

Estratégias para promover um maior pronunciamento dos pais ou responsáveis nos encontros promovidos para construção do PPP, também devem ser estudadas e planejadas detalhadamente, principalmente com a colaboração dos professores, em especial, os de educação infantil e anos iniciais, que conhecem mais de perto a realidade dos alunos e suas famílias.

Igualmente desafiador, é o fato de os professores participarem dos estudos sobre o PPP em reuniões pedagógicas e não levarem o que é estudado para sua prática pedagógica, e um dos pontos importantes das falas dos participantes com relação a isso, deu origem a quarta categoria, *professores não discutem sobre o PPP em sala de aula*:

não tem como a equipe diretiva tá dentro numa sala de aula toda hora falando sobre projeto político-pedagógico, sobre regimento da escola, essas coisas e a gente pede que os professores façam isso e a gente sente uma grande dificuldade nisso, deles trabalharem (B1).

os professores não falam sobre o PPP, porque talvez pra eles não seja tão claro. A gente já tá numa etapa lá na escola, todos os professores ajudaram a construir o PPP, ou através de questionário ou através de conversas nas reuniões, enfim, foram escrevendo, ou as vezes eu dava um papelzinho pronto e eles escreviam pra mim. Pra que? Pra eles pertencerem àquele PPP e conseqüentemente eles conseguirem passar pra sala de aula, pros alunos deles (H1).

eles vão ter mais segurança pra passar pros alunos (F1).

A equipe gestora, se sente sozinha quando entra em sala de aula para conversar com os alunos a respeito do PPP e eles demonstram não saber sobre o que está sendo discutido, ou seja, os professores, preocupados com vencer conteúdos, não costumam falar sobre PPP com seus alunos.

Sobre isso, Vasconcellos (2015, p.171), afirma que a preocupação dos professores, na maioria das vezes acaba sendo “manter a disciplina e cumprir o programa”. E isso faz com que muitos não entendam a real importância de participar do processo.

Sobre a relação entre participar da construção do PPP e a prática pedagógica, Veiga (2004, p. 48) explica:

a nova LDB, em seu artigo 13, incumbindo docentes da tarefa de participar da elaboração, execução, e da avaliação do projeto pedagógico, explicita a importância da presença dos professores como sujeitos vinculados a processos de socialização, sujeitos que se reúnem numa prática intencionada, na qual tem oportunidade de combinar o fazer pedagógico com a reflexão. Nesse sentido, a ação prática reflexiva resulta em propostas, planos de ensino e atividades e novas formas de organização do trabalho pedagógico.

Os professores precisam estar receptivos a entender que os momentos de construção coletiva, onde todos expressam suas opiniões e ideias e elas são colocadas no papel, são ideais para que o professor adquira propriedade para falar sobre o assunto e consiga combinar com sua prática pedagógica o que vem sendo estudado e acordado nas reuniões.

A última categoria que emergiu das falas dos participantes foi *reuniões produtivas e eficientes*, e as participantes relataram:

isso é muito necessário, só que como é difícil né, a gente reunir a parte interessada, no caso que são os pais, pra gente poder passar tudo isso

que a colega D1 falou né, sobre esse pertencimento, essa responsabilidade dos pais o envolvimento que todos tem que ter né, e essas reuniões produtivas e eficientes elas precisam acontecer, precisam, e isso requer planejamento, requer horário, que nem todos os pais conseguem, funcionários também, tem os da manhã, tem os da tarde, então tem que dispor de horário e isso requer um planejamento bem intenso (I1).

te tornar pertencente envolve o quê? Direitos e deveres! Só que como a gente alcança isso né, insistindo, insistindo nas reuniões, mas fazendo reuniões “interativas”, digamos assim, não aquela reunião de palestra, aquela reunião que envolve (H1).

no campo é mais complicado porque a função de lavoura, de plantio e as vezes os patrões não liberam, e o que que eu percebo nos pais, eles se preocupam muito com a estrutura da escola, sabe, mas não com o envolvimento deles com o aprendizado dos filhos, com relação ao tema que vai pra casa, eles não se envolvem nessa parte, eles tão preocupados se tem uma janela quebrada, se o portão sem fechar, se a grama está alta, isso eles acham que tem que se envolver, mas na parte da aprendizagem, eles acham que não precisa (C1).

e quanto a reunião que ela tava falando ali, com os pais, a gente faz né, mas sempre com os mesmos, sempre os mesmos, e chega na reunião eles ficam apáticos assim, dois ou três que fazem o uso da palavra, então fica bem difícil (E1).

eu acho que também a gente tem que pensar a reunião como encontro, porque eu como mãe, já fui em reunião da escola que jamais eu pensei em participar ou dar minha opinião, me expressar, porque a coisa fica meio engessada assim, e a gente de repente critica os pais, mas quando tu está numa reunião de pais na escola, tu age da mesma forma, então eu acho assim, não sei se é um pouco utopia assim, mas pensar numa reunião de forma diferente, realmente como um encontro (A2).

As reuniões também foram pauta nos encontros, reuniões pedagógicas e principalmente reuniões de pais ou responsáveis, as reuniões devem ser espaço de diálogo e troca, e a forma como são estruturadas as reuniões das escolas não proporcionam aos sujeitos uma participação efetiva, como já abordado anteriormente.

Expressam opinião somente aqueles que são mais despachados e realmente ativos no cotidiano escolar. O mesmo acontece com alguns professores e funcionários e até mesmo com os alunos.

Vasconcellos (2015, p. 162) afirma que as reuniões favorecem “a circulação do saber, da experiência acumulada pelos elementos do grupo, que normalmente não são socializadas por falta de oportunidade”.

A organização de horários que contemplem um grande público da comunidade externa é algo muito particular de cada realidade escolar e algumas

equipes gestoras já têm planejadas as escalas de reuniões com base nas vivências anteriores. Padilha (2017, p. 53) descreve:

a atividade de planejar é atividade intrínseca à educação por suas características básicas para evitar o imprevisto, prever o futuro, de estabelecer caminhos que podem nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa, especialmente quando garantida a socialização do ato de planejar, que deve prever o acompanhamento e a avaliação da própria ação.

Quando se trata das escolas do campo, além de terem suas reuniões de pais ou responsáveis prejudicadas por diversos fatores já mencionados, as equipes gestoras dessas escolas sinalizam que percebem como maior preocupação dos pais quando comparecem às reuniões, a infraestrutura da escola e não o desempenho e aprendizagem dos alunos.

Tal preocupação poderá ser transformada e utilizada a favor da escola, quando esses pais se sentirem pertencentes daquele espaço, participando efetivamente da construção do PPP.

O terceiro e último encontro iniciou com uma breve discussão sobre os princípios norteadores do PPP, baseado no trecho do texto de Veiga (2013), que foi entregue aos participantes ao final do segundo encontro para que os participantes fizessem uma leitura assíncrona.

O representante da escola B, levou o texto para ser discutido na reunião pedagógica de sua escola e relatou que foi criticado quando leu a citação a seguir:

a escola de qualidade tem obrigação de evitar todas as maneiras possíveis à repetência e a evasão. Tem que garantir a meta qualitativa do desempenho satisfatório de todos”. Qualidade para todos, portanto, vai além da meta quantitativa de acesso global, no sentido de que as crianças, em idade escolar, entrem na escola. É preciso garantir a permanência dos que nela ingressarem. Em síntese, qualidade “implica consciência crítica e capacidade de ação, saber e mudar” (SANTIAGO, p. 19 apud VEIGA 2013 p.17).

A referida crítica, não foi feita em função da citação, e sim pela data da bibliografia citada, conforme a fala do participante:

o colega criticou a data da bibliografia citada, que a gente retirou do texto, e aí ele falou: “querem que a gente se modernize, reformule, e usam uma citação de 1994”. Aí a gente já fica assim né, todo desorientado. Só que a citação é de 94, mas condiz com os dias atuais.

Então pra mim, isso aí não tem nada de desatualizado (B2).

Os demais participantes expressaram suas opiniões a respeito do fato relatado:

se todas as citações de 94 já tivessem sido colocadas em prática né, a gente não precisava continuar usando (F1).

mas então Piaget, não presta, Vygotsky não presta, Paulo Freire não presta (H1).

se isso tivesse sido cumprido lá em 94 a gente não precisaria hoje ta utilizando essa citação (D2).

por que é atual? Porque até agora não foi resolvido (H1).
Até os autores mais atuais dizem a mesma coisa, tanto é que seguem usando citações de 94 (F1).

A crítica vazia do colega, foi baseada apenas na data da citação, ele com certeza não leu ou não entendeu a citação em si, caso contrário teria interpretado a mensagem de outra forma, mas situações como essa desestruturam quem planejou a reunião com um propósito de estudo.

Vasconcellos (2015, p. 163) afirma que a reunião só terá sentido se professores e escola estiverem buscando concretizar uma proposta ou tiverem comprometidos com um projeto.

E sabe porque gurias, que eu escolhi esse trecho pra colocar, porque a gente falou já antes, nas outras reuniões sobre o PPP, da questão deles terem o olhar da avaliação permanente do aluno, não só de um dia lá que ele fez um trabalho e considerar só aquele trabalho, mas considerar o diário, o desempenho do aluno diariamente, então essa questão da qualidade, de evitar de todas as maneiras possíveis a repetência e a evasão (B2).

E puxando a sardinha pro meu assado né, a questão da avaliação qualitativa é a base da Educação Especial né, porque se tu não avaliar o aluno diariamente, tu vai chegar num certo período, no final do bimestre e vai dizer assim: “aquele aluno não fez nada” e né se tu conseguir avaliar ele dia a dia, 1/3 do que ele fizer ali daquele contexto todo, já é uma grande avaliação que tu consegue (D2).

Isso é uma questão que a gente tem discutido bastante, porque ta dentro do PPP né, mas os colegas não querem, eles não querem, eles dizem assim: “faltou tantos dias no mês, no dia que eu fiz o trabalho não veio”, sim mas por isso a avaliação é diária, quando eles está na escola tu tem que fazer, aproveita aquele momento ali, vê o que tu tira dele quando eles tá (B1).

Tem colegas que dizem que passaram a tarde e conseguiram só 15 minutos, mas conseguiu (D2).

A gente tá começando esse trabalho desde o início do ano, pra não chegar lá no final e eles dizerem: “Ah querem que passe os alunos” (B1).

A avaliação do aluno, é motivo de desconforto entre alguns professores que não aceitam a mudança na forma de avaliar que vem ocorrendo ao longo dos anos e as escolas têm sido desafiadas a motivar os professores para que avaliem os alunos diariamente.

Sobre avaliação, Resende e Zasso (2013 p. 191) afirmam:

o estabelecimento de critérios para avaliação do aluno está estreitamente veiculado à organização curricular. Baseado nos conceitos básicos definidos para cada série e nos critérios gerais a eles referidos, o professor elabora sua proposta específica, considerando as características próprias do grupo em que atua. Surgem daí os critérios para avaliação nas dimensões cognitivas, afetivas e motoras, considerando as possibilidades e os limites de cada turma e as individualidades de cada aluno.

Para que não haja constrangimentos e situações mal resolvidas com relação a avaliação dos alunos é preciso que esteja tudo formalizado no PPP e, principalmente, que as formas de avaliação tenham sido acordadas em conjunto, por todos os professores e equipe gestora, nos momentos de estudo e construção do seu projeto político-pedagógico.

A participante H1, trouxe outra citação do texto para discussão, convicta não só da importância da construção coletiva do PPP, mas também de sempre trazer o documento para as reuniões pedagógicas, “*pra saber realmente os meios e os fins, os meios e os fins serem um todo*”. Veiga (2013 p. 17) diz:

o projeto político-pedagógico, ao mesmo tempo em que exige dos educadores, funcionários, alunos e pais a definição clara do tipo de escola que intentam, requer a definição de fins. Essa distinção clara entre fins e meios é essencial para a construção do projeto político-pedagógico.

E os participantes complementam a citação:

E é essencial para a construção do dia a dia, tudo isso que foi dito aqui né, se a gente construiu junto, mas não engavetou, e continua fazendo parte das nossas reuniões pedagógicas, principalmente no conselho de classe, todo mundo sabe os meios e os fins, eles vão entender que o show de talentos é um meio pra chegar a um fim. No todo o que a gente quer? Que não haja repetência, que não haja evasão e que haja qualidade (H1).

Que tu descubra no aluno, outras aprendizagens que não só aquela lá da sala de aula, só escrevendo e lendo (B1).

Por exemplo, um show de talentos os alunos amam, se eles amam, tu traz ele pra ti, se tu traz ele pra ti ele ta feliz em estar na escola, ele estando feliz, se sentindo pertencente vai ter qualidade, gente é tão claro isso. Consequentemente não vai ter muita repetência, não sei, só que isso é uma construção de área que envolve o show de talentos, que envolve uma festa de São João, que envolve outros momentos que vão além de conteúdo (H1).

E dependendo do que vão fazer, da pra trabalhar o próprio conteúdo dentro daquilo ali (E1).

Vai do olhar do professor né, tem os resistentes né (G1).

As diferentes práticas de ensino, que visam facilitar a aprendizagem e consequentemente melhorar a qualidade na educação, fazem parte da organização escolar que precisa constar no PPP e necessitam ser estudadas e discutidas de forma coletiva.

Para tanto, voltamos a questão do planejamento, onde Padilha (2017, p. 73) afirma que:

Planejar, em sentido amplo, é um processo que visa dar respostas a um problema, estabelecendo fins e meios que apontem para sua superação, de modo a atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas sem desconsiderar as condições do presente as experiências do passado.

Todavia, quando falamos em planejamento, as participantes trouxeram algumas questões:

Mas essa questão do planejamento é o dodói das escolas, planejamento, sentar pra planejar a tua aula, o que eu vou dar essa semana, o que que eu vou dar esse bimestre, o que que eu vou trabalhar (I1)?

A gente abordou isso também nas primeiras reuniões, a questão do planejamento, é uma coisa que é pra ajudar o professor, pra ter uma organização né, não pra ser uma coisa a mais, pra mais papel, pra incomodar é um norteamento, pra ele não se perder no caminho que ele tem que percorrer, que ele veja o planejamento como uma coisa boa que vai auxiliar ele no trabalho dele (B2).

O verdadeiro onde eu estou e aonde eu quero chegar (D1).

É a organização do professor, é o que eu quero da turma, o que eu tenho de objetivos praquela turma alcançar, poucos param pra pensar nisso (G1).

Vasconcellos (2015 p. 92), utiliza-se do argumento que, instigar a mudança está por trás de todo processo de planejamento, isto é, “conseguirmos efetivamente criar algo novo, ousar, avançar, dar um salto qualitativo”.

Percebe-se pelos relatos, que muitos professores não têm o costume de planejar, ou pelo menos, não costumam ou não gostam de planejar coletivamente, o que seria um facilitador desse trabalho.

Muitos dos professores da rede municipal vêm de um ensino tradicional, onde aprenderam de uma forma e querem continuar ensinando da mesma forma, a mudança assusta e tira da zona de conforto.

Os participantes optaram por não entregar a caderneta reflexiva que receberam no primeiro encontro, utilizaram para anotações sobre os encontros e socializaram as dúvidas que surgiram e também avaliaram verbalmente os encontros.

Ao final do encontro, começamos a elaboração da “Metodologia para a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico” das escolas, construída a partir dos diálogos que tivemos nos encontros, das vivências dos participantes e dos relatos no quadro 5 (Figura 11), o documento será entregue à coordenadora pedagógica da Secretaria de Educação e posteriormente encaminhado às escolas da rede municipal.

Figura 11. Quadros preenchidos pelos participantes.

Problema concreto	O que fazemos para superar o problema?	Propostas de ação	Problema de ação	Propostas de ação
Problema concreto dos professores em ensino coletivo	... (handwritten) (handwritten) (handwritten) (handwritten) ...
Tomar o PPP vivo além do currículo, além da responsabilidade, não apenas um documento burocrático que precisa ser concluído	... (handwritten) (handwritten) (handwritten) (handwritten) ...
Professores não trabalham o PPP em sala de aula	... (handwritten) (handwritten) (handwritten) (handwritten) ...
Equipe gestora fazer com que todos se sintam pertencentes ao espaço-escola	... (handwritten) (handwritten) (handwritten) (handwritten) ...
Falta de envolvimento da família	... (handwritten) (handwritten) (handwritten) (handwritten) ...
Falta de produtividade (eficiência) nas reuniões pedagógicas	... (handwritten) (handwritten) (handwritten) (handwritten) ...

Fonte: Arquivo da pesquisadora.



Metodologia orientadora para construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola

O trabalho de construção e reconstrução do projeto político-pedagógico da escola, deve ser feito de forma coletiva, ou seja, exige a participação de todos os segmentos: equipe diretiva, professores, funcionários, alunos, responsáveis por alunos e comunidade externa local, pois tal documento retrata a identidade da escola.

Em razão do número de pessoas que deve estar envolvido neste trabalho, as escolas têm um grande desafio, envolver a todos. A metodologia a seguir, foi pensada para facilitar o processo de envolvimento e participação dos principais interessados.

Participação dos responsáveis pelos alunos e comunidade externa

A participação deste segmento é sempre desafiadora, seja pela falta de tempo para participarem das reuniões ou por não saberem de fato do que se trata o documento e assim, perdem o interesse quando são convocados para às reuniões, o número de pessoas que expressa opinião quando comparece às reuniões também é baixo e por esses motivos são necessárias algumas alterações de formato.

- **Reuniões**

As reuniões devem ser pensadas e planejadas para que haja participação, com expressão de opiniões do maior número possível de participantes;

Estratégias para que os participantes se expressem devem ser adotadas, afinal, participar só por participar não é o que desejamos, uma dessas estratégias é fazer reuniões para grupos pequenos, por turmas, para os responsáveis de cada turma em separado.

Muitas vezes, a dificuldade em expressar opinião se deve ao fato de ter que fazê-la frente ao grande número de pessoas;

Escolher horários diretamente com os interessados, horários alternativos, mesmo que tais horários sejam fora do horário de expediente, o planejamento facilitará esses acordos;

Explicar o que realmente é o Projeto Político-Pedagógico, o que ele abrange e a importância dele para todos os segmentos;

Mostrar suas falas registradas em documentos anteriores;

Esclarecer de quais formas eles podem ser mais presentes na escola;

Realizar eventos de integração, festivos e beneficentes, pedindo auxílio na organização e dividindo tarefas com eles;

Aos que não puderem estar presentes nas reuniões, enviar informativos com tudo que foi tratado e acordado pelos presentes;

Manter sempre o número de telefone atualizado, se possível, sempre que tiver oportunidade, questionar se continuam o mesmo número, sabemos que muitos trocam a todo momento, mas isso facilita o contato via *whatsapp* quando necessário.

Participação dos alunos

Via de regra, a participação dos alunos é facilitada por eles estarem na escola todos os dias, entretanto, muitos desses alunos, principalmente nos anos finais, não expõem suas percepções quando são questionados oralmente na frente dos colegas.

Alunos de educação infantil e anos iniciais também devem participar do processo, mesmo que de uma forma mais lúdica, a opinião de todos é igualmente importante.

A participação dos alunos normalmente é feita na forma de perguntas orais ou questionários, mas para que as respostas sejam condizentes com o que se quer realmente saber, novamente vem o planejamento, planejar bem as perguntas.

Em questionamentos feitos oralmente, uma forma de que todos se expressem, pode ser através de dinâmicas, dinâmicas que envolvam a todos e

que seja possível manipular a jogada para que aqueles alunos mais tímidos, quietinhos, também tenham lugar de fala.

O uso de instrumentos diferentes para envolver os alunos a participarem são muito bem recebidos por todas as idades.

O olhar além da resposta, interpretar o que o aluno quer dizer quando fala algo que no primeiro momento considerar fora do contexto, é muito importante na construção do PPP.

Motivar a participação e valorizar todas suas contribuições é imprescindível.

Mas acima de tudo, é necessário que os alunos tenham conhecimento sobre o que está sendo questionado, precisam saber o que é e, vivenciar o Projeto Político-Pedagógico da escola.

Participação dos Professores

A participação dos professores também não se resume a estarem presentes nas reuniões pedagógicas, é necessário que essa participação seja efetiva e traga resultados e para isso, os professores precisam estar cientes que o PPP não existe apenas para cumprir uma burocracia e que nada do que for escrito será cumprido ou colocado em prática.

Os professores precisam saber o real significado do PPP, a importância de construí-lo coletivamente e em que ocasiões ele poderá ser consultado ou servir de embasamento para alguma questão atípica.

Primordialmente, as reuniões pedagógicas, de planejamento ou de estudos do PPP devem ser espaços de diálogo e troca, todos devem ter a oportunidade de falar, incluindo aqueles que não normalmente não o fazem, todos que estão ali, também devem estar acreditando, devem estar querendo fazer parte do processo com compromisso.

Partindo do princípio de que a maior preocupação da escola é a melhor qualidade no atendimento ao aluno, as reuniões de estudo dos professores devem ser baseadas na reflexão sobre suas práticas, assegurando sempre a melhoria no processo de ensino-aprendizagem.

Questões apontadas como dificuldades, muitas vezes ocorrem apenas por falta de oportunidade de diálogo e são fáceis de serem mudadas, como por exemplo, os professores discutirem o PPP em sala de aula.

Quanto mais se discutir PPP nas reuniões, mais segurança terão os professores para discutirem o tema em sala de aula.

Sugestões que podem facilitar o processo de construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico:

1. Dividir as reuniões semanais em dois momentos, um para recados, avisos e outras demandas administrativas e outro para a reunião pedagógica de fato, com estudos efetivos;
2. Sempre vincular os assuntos tratados nas reuniões ao PPP da escola;
3. Promover espaços para leituras e organizar dinâmicas que efetivem a apropriação do documento tornando-o vivo;
4. Identificar o PPP como um aliado dos planejamentos e perceber que o planejamento serve para auxiliar a prática pedagógica e não o contrário;
5. Promover palestras, rodas de conversa, eventualmente deixar o planejamento da reunião a cargo de grupos de professores, com a finalidade de demonstrarem seus pontos de vista com relação ao PPP;
6. Proporcionar momentos de estudo aos professores que demonstrem a eles que existem outras habilidades existentes no contexto educacional, para que valorizem tais habilidades além dos conteúdos e assim.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo compreender o processo metodológico utilizado para a construção coletiva dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, através de uma intervenção com representantes das equipes gestoras das escolas de Ensino Fundamental.

Entre os sujeitos que participaram da pesquisa estavam quatro diretores de escolas, algumas há muitos anos no cargo e um em seu primeiro mandato, três vice-diretoras, que compõem a chapa da eleição das equipes diretivas das escolas, e dez supervisores de escola, desses, apenas três prestaram concurso para o cargo, os demais foram convidados pelas equipes gestoras para desempenhar a função, pois são poucos os supervisores de carreira no quadro do magistério municipal.

A intervenção se deu por meio de cinco encontros, dois para o diagnóstico e três para realizar a ação, onde discutimos as principais dificuldades e desafios enfrentados pelas escolas na tentativa de construir coletivamente os seus projetos políticos-pedagógicos.

A partir dos relatos dos participantes foi possível compreender que a maior dificuldade que as equipes gestoras encontram é conseguir uma participação efetiva dos segmentos na construção ou reconstrução do documento. Em Maia e Costa (2013, p. 93) encontramos o seguinte esclarecimento:

daí a necessidade da articulação do diretor e da equipe pedagógica na construção do PPP, a fim de proporcionar as condições básicas para a democratização do saber e a ampliação da participação da comunidade nos rumos da prática escolar.

A participação dos responsáveis pelos alunos e comunidade externa na construção do documento sempre foi muito difícil em razão da falta de tempo para participar das reuniões. Os alunos participam de forma coletiva, em reuniões nas turmas ou através dos questionários. Os professores, mais acostumados com as reuniões pedagógicas, participam praticamente no modo automático.

No decorrer dos encontros, a partir das reflexões propostas, percebemos que a maioria participa por participar, sem compromisso, sem entendimento da

proposta, e sem entender o objetivo, o que não configura uma construção coletiva efetiva, não define a identidade da escola nem sua intencionalidade. Conforme descrito por Resende (2013, p. 90):

a ausência da construção coletiva dessa identidade redundaria em que as escolas não escolham, não arbitrem sobre o seu fazer, porque apenas “engavetam” projetos que são de pessoas anônimas e para uma instituição imaginária.

Para que isso não ocorra, todos os segmentos da comunidade escolar devem estar comprometidos com o mesmo fim, a concretização do projeto. Durante os momentos de troca, cada participante foi relatando seus anseios, dúvidas, dividindo experiências e buscando alternativas para alcançarem o objetivo.

Os encontros promoveram a reflexão sobre estratégias e possibilidades para a construção do projeto político-pedagógico, e os participantes perceberam que muitos obstáculos são os mesmos nas mais diferentes realidades. Reforçam ainda que este projeto seja o começo de momentos de reflexão e troca entre as equipes das escolas promovidos pelas secretarias. Por esta razão, pretendemos continuar nos encontrando através da formação de um Grupo de Estudo sobre Projeto Político-Pedagógico. Segundo Padilha (2017, p. 88):

o assistente técnico-pedagógico, que, no seu cotidiano, faz, junto com o supervisor de ensino, a ponte entre as diretrizes pedagógicas estabelecidas pela Diretoria de Ensino e as unidades escolares, pode fazê-la também quando da elaboração do projeto político-pedagógico e do planejamento. Ele pode subsidiar a capacitação de todos os segmentos escolares para a participação no seu planejamento escolar.

Os participantes da intervenção apontaram para novos encontros com a finalidade de discutir o desenvolvimento da metodologia elaborada com os diferentes segmentos da comunidade escolar, a fim de promover a sua participação na construção do PPP e, posteriormente, partilhar essas experiências neste grupo de estudos construindo parâmetros para que esta construção seja coletiva. A equipe gestora e coordenadores pedagógicos reconhecem que a Secretaria tem legitimidade para conduzir estas discussões.

Ainda existe um longo caminho a ser percorrido para a construção coletiva de um projeto político-pedagógico nas escolas, onde os participantes não se encontram preparados ou na maioria das vezes, não recebem condições que

são imprescindíveis para sua implementação, através da implantação de formações e principalmente da disponibilização de um tempo satisfatório para esse fim, através da implementação da lei nº 2.634/2022 por parte da Secretaria de Educação.

Este projeto de intervenção não foi pensado para ser desenvolvido com pais, alunos e professores neste primeiro momento, apenas com equipes gestoras e desencadeou a discussão sobre o processo de construção coletiva do projeto político pedagógico nas escolas de Dom Pedrito/RS.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L. M., ABADE, F. **Para reinventar as Rodas**. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008. Publicação eletrônica.

BARRETO, V. A. V. **Dom Pedrito, Cidade e Campo: A modernização agrícola e a cidade local**. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BEZERRA, J. **Guerra dos Farrapos**. 2020. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/revolucao-federalista.htm>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

BEZERRA, J. **Revolução Federalista**. 2020. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/revolucao-federalista/>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA**. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação, PNE**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

BUSSMANN, A. C. **Projeto político pedagógico e a gestão da escola**. In: VEIGA, I. P. A. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus -29ª edição, 2013.

CALDERARO, K. C. L. **A gestão democrática da educação e o projeto político pedagógico: um convite à reflexão**. Manaus: UFAM, 2007. Dissertação de mestrado.

COSTA, A. C. P. **O projeto político-pedagógico: indagações sobre a formação continuada e o compromisso com a gestão democrática na escola pública municipal de Curitiba (2013-2016)**. 2019. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1665>. Acesso em: 05 de julho de 2022.

DOM PEDRITO. **História da Cidade**. c2021. Disponível em: <https://dompedrito.rs.gov.br/pagina/78-Historia-da-Cidade.html>. Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

DOM PEDRITO. **Plano de Carreira do Magistério Municipal**. Lei nº 775, de 18 de dezembro de 1997.

DOM PEDRITO. **Sistema Municipal de Ensino de Dom Pedrito**. Lei nº 2.445 de 15 de agosto de 2019.

DOM PEDRITO. **Alteração da Lei nº775/1997**. Lei nº 2.634 de 25 de abril de 2022.

DUTRA, R. **O que é Gestão Escolar Democrática e como aplicar?** Disponível em: <https://tutormundi.com/blog/gestao-escolar-democratica/> Acesso em: 5 de setembro de 2021.

FERREIRA, N. S. de A. A pesquisa sobre leitura no Brasil: 1980 a 1995. Campinas. Komed; Arte Escrita, 2002.

IBGE. **Cidade e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/dom-pedrito.html>. Acesso em: 19 dezembro de 2021.

LIBÂNEO, J. C., OLIVEIRA, J. F., TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10ª. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola - teoria e prática**. 6 - ed. São Paulo/SP: Editora Heccus, 2015.

LIMA, J. F. de. **Educação Municipal de Qualidade: Princípios de gestão estratégica para secretários e equipes**. 1ª. Ed. – São Paulo: Moderna, 2014.

LOPES, N. **O que é projeto político-pedagógico**. Gestão Escolar. Edição 11. 2010. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/560/o-que-e-o-projeto-politico-pedagogico-ppp>. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

LÜCK, H. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2017. Série Cadernos de Gestão.

MAIA, B. P., COSTA, M. T. de A. **Os desafios e as superações na construção coletiva do projeto político-pedagógico**. Curitiba, PR: Editora InterSaberes, 2013.

MARTINS, R.B. **Educação para a cidadania: o projeto político-pedagógico como elemento articulador**. In: RESENDE, L. M. G., VEIGA, I. P. A. (Org.) **Escola: Espaço do projeto político-pedagógico**. Papirus Editora. 2013.

MATTA, E. da C. **Um olhar sobre o projeto político pedagógico em uma escola no município de São Gonçalo: uma abordagem sobre gestão, participação e autonomia**. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15002>. Acesso em: 07 de julho de 2022.

MEDEL, C. R. M. de A. **Projeto Político-Pedagógico: Construção e implementação na escola**. 2. ed. rev – Campinas, SP: Autores associados, 2012.

MORAES, R. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. *Ciência & Educação*, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MOSNA, R. M. **Financiamento da educação e desigualdades nas condições de oferta educacional: uma análise a partir de escolas da rede municipal de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação de mestrado.

OLIVEIRA, E. **A Implementação do Projeto Político-Pedagógico no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Viamão: desafios da Gestão Democrática**. Porto Alegre, 2018. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/183215>. Acesso em 05 de julho de 2022.

ROSÁRIO, R. M. V. do. **Relação entre o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira e o Projeto Político-Pedagógico em uma escola de Brasília - DF**. 2018. 98 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2506> Acesso em: 05 de julho de 2022.

PADILHA, P.R. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. 9.Ed. São Paulo: Cortez; 2017.

PADILHA, V. H. **Gestão democrática da escola pública** [livro eletrônico] -- São Paulo: Cortez, 2017. 2,7 Mb; ePUB.

PAIVA, F. J. de. **Gestão participativa: impactos sobre a produtividade organizacional** – 1. ed. – Curitiba : Appris, 2016. 113 p. ; 21 cm.

PRAXEDES, C. **Escola do campo em território da Reforma Agrária: A construção coletiva de um projeto político-pedagógico**. 2021. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641999>. Acesso em: 06 de julho de 2022.

RAMOS, M. Y. C. **O princípio da gestão democrática na implementação do projeto político-pedagógico (PPP): um estudo em uma escola da rede pública estadual de São Luís- MA**. 2019. 167f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação /CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/2417>. Acesso em: 07 de julho de 2022.

RESENDE, L. M. G. de. **Paradigma – Relações de poder – Projeto Político-Pedagógico: Dimensões indissociáveis do fazer educativo**. In: VEIGA, I. P. A. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus -29ª edição, 2013.

RIBEIRO, M. das G. S. **Educação do/no campo e o agronegócio: o projeto político-pedagógico e suas contradições no Projeto Formoso A em Bom Jesus da Lapa - Ba.** Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Vitória da Conquista, 2021. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2021/10/MARIA-DAS-GRA%C3%87AS-SANTOS-RIBEIRO.pdf>. Acesso em 08 de julho de 2022.

ROMANOWSKI, J. P., ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação.** Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

ROSA, A. C. S. **Educação de Jovens e Adultos: o desafio das classes multisseriadas.** São Paulo: Umesp, 2008. Dissertação de mestrado.

ZASSO, A. R. F. **Projeto político-pedagógico: A experiência de uma escola de periferia urbana na construção de sua identidade.** In: VEIGA, I. P. A. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papirus -29ª edição, 2013.

SANTOS, C. B. **Estuda, tchê: Revolução de 1923.** 2016. Disponível em: <https://cantinhogaucha.blogspot.com/2016/11/estuda-tche-revolucao-de-1923.html>. Acesso em 15 de setembro de 2021.

SILVA, C. R. et al. **A importância do conhecimento prévio do projeto político pedagógico (PPP) por toda a equipe escolar.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Faculdades IDAAN. Manaus – AM, 2018.

SILVA, K. de L. A. **O processo de construção do projeto pedagógico de curso no ensino técnico integrado ao Ensino Médio.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Pós-Graduação em Educação, Piracicaba, 2018. Disponível em: http://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/visualiza.php?cod=MTg1MA== Acesso em: 05 de julho de 2022.

TEDESCO, S. **Compondo uma constelação no protagonismo da comunidade escolar para a construção do projeto político-pedagógico emancipatório.** Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de PósGraduação em Educação, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/11338/9516>. Acesso em: 06 de julho de 2022.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico.** 25ª ed. São Paulo: Libertad, 2015.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível**. 29ª ed. Editora Papyrus, 2013.

VEIGA, I. P. A. **Educação Básica e Educação Superior: Projeto Político-Pedagógico**. 1ª ed. Editora Papyrus, 2004.

VILLAS BOAS, B.M.F. **O projeto político-pedagógico e a avaliação**. In: RESENDE, L. M. G., VEIGA, I. P. A. (Org.) **Escola: Espaço do projeto político-pedagógico**. Papyrus Editora. 2013.

ZANFELICE. C. C. **Participação, responsabilidade e processos formativos: condições para a construção coletiva de uma proposta pedagógica e curricular**. 2021. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista (UnESP). Rio Claro, SP. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/214510>. Acesso em: 0 de julho de 2022.

ANEXOS – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu
Mestrado Profissional em Educação****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, _____, concordo em participar desta pesquisa, fornecendo dados e autorizando o uso da minha imagem e fala para o estudo que tem como pesquisadora responsável a mestranda Renata Valadan Severo, do curso do Mestrado Profissional em Educação, que pode ser contatada pelo e-mail renatasevero.aluno@unipampa.edu.br e/ou pelo telefone (53)999496982.

Tenho ciência de que o estudo faz parte do projeto de mestrado intitulado: “O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE UMA METODOLOGIA QUE ORIENTE A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PPP NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE DOM PEDRITO/RS” orientado pela Prof.^a Dr.^a Paula Trindade da Silva Selbach.

Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e, que os dados obtidos poderão ser publicados posteriormente.

Assinatura

Dom Pedrito, ____ de _____ de 202_.